

Instauratio Magna

Revista do Programa de
Pós-Graduação em Filosofia
da Universidade Federal do ABC
v. 1, n. 1 (2021): Edição Inaugural



▪ Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UFABC em números ▪ Entrevista com Prof. Dr. Fernando Costa Mattos e Prof^a Dr^a Luciana Zaterka ▪ Entrevista com Prof^a Dr^a. Suze Piza ▪ Entrevista com Prof. Dr. Daniel Pansarelli.

Equipe Editorial

Editores Gerais

*Coordenação do Programa de
Pós-Graduação em Filosofia*

Coordenador:

Prof. Dr. Fernando Costa Mattos

Vice-coordenadora:

Prof^a. Dr^a. Michela Bordignon

(gestão 2021-2023)

Editores Responsáveis

Izabela Loner Santana (UFABC)

Pedro Casalotti Farhat (UFABC)

Comissão Editorial

Daniel Valente Pedroso de Siqueira (UFABC)

Edvan Aragão Santos (UFABC)

Gregory Augusto Carvalho Costa (UFABC)

Guilherme Guimarães Sebastião (UFABC)

Jean Rodrigues Siqueira (UFABC/PUC-UNIFAI)

Luiz Renato Seixas Maffei (UFABC)

Renan Alves do Nascimento (UFABC)

Roberto Carlos Conceição Porto (UFABC)

Yasmin Alcantara Galvão Pereira (UFABC)

Conselho Editorial

Prof^a. Dr^a. Aléxia Bretas (UFABC)

Prof. Dr. Daniel Pansarelli (UFABC)

Prof. Dr. Diego Kosbiau Trevisan (UFSC)

Prof. Dr. Federico Sanguinetti (UFRN)

Prof^a. Dr^a. Léa Silveira (UFLA)

Prof^a. Dr^a. Luciana Zaterka (UFABC)

Prof^a. Dr^a. Nathalie de Almeida Bressiani (UFABC)

Prof^a. Dr^a. Suze Piza (UFABC)



Instauratio Magna

Revista do Programa de
Pós-Graduação em
Filosofia da Universidade
Federal do ABC

v. 1, n. 1 (2021)

Edição Inaugural

Periodicidade: semestral

Universidade Federal do ABC

Pró-Reitoria de Pós-Graduação
Bloco B – 4º andar

Endereço:

Av. dos Estados, 5001

Santo André – SP

CEP: 09210-580

Para contato:

instauratio.magna@ufabc.edu.br

[https://periodicos.ufabc.edu.br/
index.php/instauratiomagna](https://periodicos.ufabc.edu.br/index.php/instauratiomagna)



Sumário

Nota introdutória	1
Editorial	4
Especial	
Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UFABC em números	13
Entrevistas	
Prof. Dr. Fernando Costa Mattos e Prof ^a . Dr ^a . Luciana Zaterka	73
Prof ^a . Dr ^a . Suze Piza	101
Prof. Dr. Daniel Pansarelli	114



Nota introdutória

Francis Bacon denominou *Instauratio Magna* sua maior obra filosófica, a qual começou a ser publicada em 1620. Agora, 400 anos depois, com a escolha deste nome não gostaríamos de render uma homenagem a Bacon ou sua filosofia. O que nos interessa é evocar o espírito de desconforto incitado pela investigação filosófica, esta motivação que arrebatava e instigava qualquer ser humano tomado pela cólera filosófica, que também se manifestou em Bacon.

Desse modo, a filosofia não está toda dada na metafísica fantástica que escapa por completo da realidade material, nem na ciência experimental e aplicada, preocupada apenas com aspectos quantitativos, mas sim entre o universal e o particular, sem deixar de lado, no entanto, a dor e o sofrimento do mundo, pretendendo alcançar os limites dos saberes humanos.

A intenção, portanto, de termos escolhido tal nome é instigar a revelação do óbvio recôndito, que esgueira nas sombras das próprias obras humanas, tarefa a ser cumprida pela filosofia em sua relação conflituosa com a tradição, a qual serve de orientação para que, dentro de nossa perspectiva, tomemos os diversos autores e autoras, obras e tratados agora menos como ídolos

e mais como contrapartes em nossas investigações. Tal como Bacon, que busca livrar a ciência da idolatria em prol de um conhecimento construído coletivamente, em relação.

Pretendemos, assim, livrarmo-nos do catecismo filosófico e, parafraseando Bacon, das antecipações dos textos, passando à interpretação do mundo. O texto filosófico revela seu mundo, isto pode ser compreensível, mas não devemos nos prender a ele, devemos nos guiar pelo mundo em que vivemos, *utilizando-se* da tradição. Tendo isso em vista, não é possível recusar a necessidade de subversão constante, levando em conta o que hoje são problemas da filosofia e que, antes, não eram questionados. Esse é o espírito desta publicação, que parte, portanto, para a disputa em torno do significado da restauração filosófica, instaurando em seu seio temas antes recusados. Filosofias não ocidentais, decoloniais, antirracistas e feministas são não apenas bem-vindas, mas fazem parte, de maneira inseparável, de nossa missão enquanto publicação. Francis Bacon, o autor da *Instauratio* original, é por vezes uma figura controversa em nossos tempos, dada sua filosofia, as interpretações e consequências dela. Dado que ele negligenciou esses temas que agora nos parecem urgentes, nossa intenção é implodir sua proposta por dentro, reivindicando um lugar que se mostra não apenas possível, mas necessário, sem deixar de ver na tradição filosófica uma fonte de questões e problemas com os quais precisamos lidar.

Por fim, deixamos as leitoras e leitores desta humilde publicação resguardados, portanto, de nossas intenções, abrindo a oportunidade para qualquer uma ou qualquer um que pretenda acompanhar-nos neste trabalho.

Fazemos nossas, por fim, as palavras de Bacon:

"De nossa parte silenciaremos: quanto àquilo de que aqui se trata, no entanto, pedimos que os homens não o considerem uma opinião, mas um trabalho sério; e que estejam convencidos de que lutamos para assentar os fundamentos não de alguma seita ou opinião arbitrária, mas sim para a utilidade e o engrandecimento da humanidade. E, então, que se preocupem com o bem comum (...) segundo a medida de seus próprios interesses (...), e que por si mesmos tomem parte nele; além disso, que esperem o bem e não imaginem ou pensem que a nossa Instauratio seja algo interminável e sobre-humano; pois ela é, na verdade, o fim e o legítimo término de um erro interminável."

Francis Bacon, *Instauratio Magna*, Prefácio.



Editorial

O projeto da Revista de Filosofia Instauratio Magna (RFIM) surgiu do movimento de consolidação dos cursos de Filosofia na Universidade Federal do ABC, especialmente do Programa de Pós-Graduação em Filosofia. A procura por tais cursos, bem como o reconhecimento regional e nacional deles a partir das pesquisas de seus docentes e discentes, mostraram-nos a necessidade de criar um canal próprio, no qual pudéssemos incentivar a cultura filosófica de escrita e publicação, divulgando e fomentando tanto os debates e questões caras à nossa produção filosófica como comunidade quanto os trabalhos construídos nos mais diversos âmbitos de nosso Programa — produtos de matérias ministradas e cursadas, eventos organizados e realizados, grupos de estudo e pesquisa em funcionamento, entre outros.

Sendo a RFIM mais um passo no caminho de consolidação de nosso jovem Programa, ela surge como mais um esforço, entre outros, de discentes e docentes, na divulgação, publicização e construção da comunidade filosófica na Universidade Federal do ABC. Um passo necessário que não data apenas de tentativas recentes, mas que é tematizado desde a abertura do PPGFIL-UFABC, em 2015, pela coordenação à época e pelos discentes engajados na estruturação do Programa. Isto se concretizou,

no entanto, no terceiro quadrimestre de 2019, quando um grupo discente se juntou para elaborar um projeto para a revista e apresentá-lo ao restante de nossa comunidade de pós-graduação.

Este grupo elaborou um projeto — pensando no foco e no escopo, nas diretrizes e nas condições para submissão, nos critérios de cada seção de submissão (em que podem ser submetidos artigos, entrevistas, resenhas e traduções) e em suas políticas editoriais — que tentava incorporar elementos que refletissem as preocupações e posicionamentos teórico-filosóficos comuns, algo presente em nossos projetos de pesquisa, formações, desafios pessoais e perspectivas institucionais, territoriais e históricas, nas salas de aula, em auditórios de eventos e nas reuniões de grupos diversos.

A proposta era de uma revista que pudesse articular o rigor dos periódicos científicos e filosóficos com as preocupações que temos como membros de uma Universidade Federal jovem, pensada para ser interdisciplinar e localizada na reconhecida capital social do Brasil, o ABC paulista. Não se buscou realizar algo estrito de e para nossa região ou comunidade próxima, mas sim partir do fato de que possuímos certas particularidades em nossa experiência e em nosso fazer filosófico, os quais nos levam a pensar como de nossa circunstância podemos colaborar para o debate filosófico amplo e geral, sobretudo em

tempos como os de agora.

Projeto elaborado em 2019, gestado em 2020 e que, em 2021, ano em que a UFABC completa quinze anos, materializa-se em sua primeira edição, intitulada *Edição inaugural*, em que se busca não só efetivar a RFIM publicando-a, como também apresentar essa proposta à comunidade filosófica em geral, a partir de entrevistas e números, buscando indicar o perfil tanto deste periódico quanto do Programa e da Universidade aos quais ele está vinculado.

No documento “PPGFIL-UFABC em números” apresentamos um primeiro esforço de sistematizar e publicizar alguns dados do Programa — nos quais se incluem o perfil de nossa comunidade, o público que procura nosso Programa, dados sobre os processos seletivos de mestrado e doutorado, entre outras informações possíveis de serem extraídas das fichas de inscrição destes processos.

Contamos ainda com três entrevistas que buscam aprofundar o que apenas com os dados seria impossível captar: na primeira delas buscamos contar a história de abertura do PPGFIL-UFABC, bem como pensar suas perspectivas e desafios político-institucionais no início e atualmente em uma conversa com a Prof^a. Dr^a. Luciana Zaterka e com o Prof. Dr. Fernando Costa Mattos, docentes que, desde o início do Programa, vêm

cumprindo importantes papéis em nossa comunidade, tendo sido ainda a primeira coordenação que elaborou e levou adiante o pedido de abertura do Programa.

A segunda entrevista apresenta uma conversa com a Prof^a. Dr^a. Suze Piza, com quem buscamos pensar a função social e teórica da Filosofia, bem como o perfil de nosso Programa, principalmente quando olhamos para as pesquisas e para os desafios que o Projeto Pedagógico interdisciplinar da UFABC coloca-nos. O que se pode esperar de um programa de pós-graduação em Filosofia quando a necessidade de transpor as fronteiras disciplinares deve ser parte central dos esforços filosóficos? Ainda que não haja uma resposta simples, esta pergunta central acompanha a conversa que tivemos com a professora, que nos apresenta algumas de suas ideias e experiências sobre o assunto.

Por fim, contamos ainda com uma entrevista com o Prof. Dr. Daniel Pansarelli que nos apresenta um panorama histórico da produção de Filosofia no ABC paulista, incluindo a história de profissionalização e institucionalização da área na região, na qual a UFABC e o PPGFIL cumprem um importante papel como primeira Universidade completamente pública e primeiro Programa *stricto sensu* em Filosofia na região. Pudemos ainda conversar sobre como o fato de sermos um Programa localizado no ABC paulista pode significar diferentes potências

e desafios para a produção de pensamento.

Por fim, antes de permitirmos que a leitora e o leitor percorram o conteúdo preparado, não podemos deixar de agradecer àqueles e àqueles que permitiram e colaboraram para que esta revista saísse do plano das ideias.

Primeiramente, agradecemos às várias pessoas que compuseram a comissão editorial e que, em diferentes momentos, colaboraram na elaboração e realização da revista. Do primeiro grupo propositor, que se prontificou e aceitou o desafio de elaborar um projeto de revista praticamente do zero, agradecemos às colegas e aos colegas Amanda Soares, Angélica Martins, Edgard Oliveira, Iuri Cotas, Guilherme Sebastião, Gregory Augusto, Matheus Porto, Michele Bonote e Thompson Bezerra. Por cada ponto discutido, pelas longas reuniões e, posteriormente, pelas conversas virtuais para que chegássemos conjuntamente a um bom começo, esta primeira edição deve muito a vocês.

A atual Comissão, composta por alguns colegas que estão conosco desde o início e por outros que, já ao entrarem no Programa, comprometeram-se conosco, fazendo dessa ideia também uma ideia deles. Deste grupo, agradecemos Daniel Valente, Edvan Aragão, Guilherme Sebastião, Gregory Augusto, Jean Silveira, Renan Nascimento, Luiz Renato Maffei e Yasmin Galvão. A materialização da RFIM — tanto neste número atual

como na manutenção e aprimoramento dos processos de avaliação e editoração (a constar no próximo número) — não seria possível sem vocês.

Ainda pensando neste árduo começo, um especial agradecimento aos técnicos administrativos da Equipe do Sistema de Bibliotecas da UFABC, Hugo da Silva Carlos e Ana Letícia Olímpio da Silva David, que colaboraram na implementação institucional e técnica de nosso projeto. Um agradecimento especial e contínuo deve ser feito ao Hugo, que esteve conosco em todos os passos que demos, orientando e ajudando, na montagem de nossa página na (nem sempre tão simples) Plataforma OJS do Portal de Periódicos da UFABC. Sem esse suporte institucional, a RFIM não passaria de um desejo e um projeto meramente possíveis.

Agradecemos também à plenária do PPGFIL-UFABC, composta por cada docente do Programa que não só apoiou e incentivou a ideia de uma revista como deu suporte institucional para tal. Todas e todos sempre muito atentos e preocupados com a manutenção dos trabalhos, solícitos e solícitas para qualquer ajuda, mesmo em meio a tantas tarefas e funções. Deste corpo docente, agradecemos especialmente à Prof^a. Dr^a. Nathalie Bressiani — coordenadora do PPGFIL entre 2019 e 2021 —, que nos acompanhou nesse processo de efetivação, não só apoiando e dando todo o suporte institucional possível como

discutindo os pontos burocráticos e filosóficos de um projeto como este. Sua ajuda e colaboração sempre foram e sempre serão fundamentais. Nesta primeira edição, agradecemos ainda pela disponibilização e tratamento dos dados usados no documento “PPGFIL em números”, bem como todas as discussões — como coordenadora, professora e pesquisadora — em torno de tais dados, sempre indicando as desigualdades e fragilidades a serem combatidas a partir de sua disponibilização.

Não poderíamos deixar de mencionar a Prof^a. Dr^a. Luciana Zaterka, que sempre colaborou com o projeto e a ideia de uma revista em nosso Programa e que, como parte das primeiras coordenações, sempre incentivou esta cultura de publicação e escrita em nosso corpo discente. O Prof. Dr. Fernando Mattos e a Prof^a. Dr^a. Michela Bordignon, coordenadores atuais que, desde sua efetivação na coordenação, estão em contato constante conosco, colaborando no possível tanto para este número específico quanto para a operação e funcionamento geral desta revista.

Agradecimentos devem ser feitos igualmente ao conselho editorial da RFIM, referências às quais recorreremos nessa jornada de construção coletiva desta publicação. O Conselho é composto de docentes vinculados ou não ao PPGFIL-UFABC, mas que sempre colaboraram com o Programa e com a revista: além dos já mencionados Daniel Pansarelli, Fernando Mattos,

Luciana Zaterka, Michela Bordignon, Nathalie Bressiani, Suze Piza, agradecemos muito às Prof^{as}. Dr^{as}. Aléxia Bretas, Léa Silveira e aos Profs. Drs. Diego Kosbiau e Federico Sanguinetti.

Encaminhando para a conclusão deste longo primeiro editorial, agradecemos toda a estrutura institucional e técnica da UFABC, que direta ou indiretamente participaram deste projeto: os diversos docentes, os técnicos administrativos e servidores em geral, bem como os terceirizados, que não só deram suporte teórico, institucional e patrimonial a este projeto como também lhe doaram sentido e vida. Este começo só foi possível nesta universidade pública e gratuita, pois ela nos permitiu acessar diversas ferramentas, tecnologias e sistemas imagináveis, para nós, apenas em tais condições. Esse agradecimento remonta ainda a toda a história de difusão das Universidades Federais no Brasil nas duas primeiras décadas do século XXI, especialmente pelo significado da implementação de uma Universidade Federal na região do ABC paulista. A importância institucional e política disso são indescritíveis, ainda mais para uma publicação elaborada, em sua maioria, por moradores e moradoras da região. Esta revista, para nós, significa muito, não só como pesquisadores e pesquisadoras, mas também como cidadãos brasileiros.

Por fim, não poderíamos deixar de citar que quase todo o período de gestação, implementação e materialização desta revista

ocorreu em meio à pandemia do novo coronavírus (SARS-Cov-2) e do atual descaso do governo brasileiro com esta situação, logo, em meio a muito sofrimento e fragilidade social. Em diversas vezes, continuar era quase impossível, mas compreendemos que um dos sentidos deste projeto está em manter viva e ativa a universidade pública brasileira, a produção de conhecimento científico e filosófico no Brasil, mesmo em meio a tanto descaso, falta de investimento e descrédito. Como filósofos e filósofas, estas publicações também são formas de resistir e buscarmos um espaço possível em meio aos terríveis fatos desta realidade. Nós nos comprometemos, a cada dia e a cada projeto, com isto.

Em luto pelas, por ora, mais de 450 mil mortes,

Izabela Loner e Pedro Farhat,

Editora e editor responsáveis da Revista de Filosofia Instauratio Magna



Instauratio Magna

Revista do Programa de Pós-Graduação
em Filosofia da Universidade Federal do ABC
v. 1, n. 1 (2021): Edição Inaugural

Especial

Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UFABC em números

Izabela Loner Santana e

Pedro Casalotti Farhat

(Editora e editor responsáveis)

Universidade Federal do ABC

São Bernardo do Campo (SP)

Apresentação, justificativa e metodologia

No presente documento, as leitoras e os leitores encontram as informações que o Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal do ABC (PPGFIL-UFABC) pôde coletar por meio da realização de processos seletivos para o mestrado (2015-2020) e para o doutorado (2020), bem como pela qualificação e defesa de dissertações. Essas informações foram, posteriormente, processadas e organizadas neste documento, pelos editores responsáveis da Revista de Filosofia *Instauratio Magna*, com a intenção de torná-las conhecidas para o público interessado, que pode agora acessá-las de forma simples e direta.

Nesta primeira parte da apresentação, buscaremos introduzir este documento e a metodologia utilizada para selecionar e apresentar as informações, de modo que quaisquer questões de justificativa também possam ser indicadas às leitoras e leitores que não estão familiarizados com o contexto em que surgem essas informações.

A necessidade de elaboração e publicização de tais informações deve ser constatada por alguns fatos relevantes. Em artigo publicado recentemente, Araújo (2019) diagnostica uma desigualdade de gênero sistêmica que aumenta a cada processo seletivo na carreira acadêmica (da graduação para os diferentes momentos da pós-graduação e destes para a carreira docente em pós-graduação). Levando isso em consideração, mas aqui pensando nas várias dimensões de

desigualdades presentes em um único programa de pós-graduação, podemos utilizar da seguinte interpretação da autora na justificativa do presente documento:

Em mostrando que não há relação entre qualidade dos PPGs [Programas de Pós-Graduação] ou localização geográfica e maior presença de mulheres, esse trabalho indicou que são os PPGs os mais importantes agentes na produção da igualdade e da desigualdade de gênero na carreira acadêmica em Filosofia, sugerindo que políticas de promoção de igualdade devem ser oriundas dos Programas individualmente. (ARAÚJO, 2019, p. 30-1)

Dado que a conclusão do artigo é que os programas de pós-graduação em Filosofia precisam atentar-se não somente às desigualdades existentes, mas especialmente ao movimento que essas desigualdades apresentam — como o evidente aumento de 2005 até 2017 na desigualdade de gênero na carreira acadêmica em Filosofia —, então isso significa, como indica Araújo, “que o monitoramento constante desses números” deve ser uma “tarefa da comunidade filosófica como um todo” (2019, p. 31). Dessa forma, o monitoramento pode ser utilizado para pensar atitudes práticas no combate, dentro dos limites cabíveis aos programas, às desigualdades brutais que se apresentam, atualmente, também no seio dos processos seletivos e dos programas de pós-graduação. Assim, o objetivo deste documento é, além de publicizar e iniciar o debate em torno da composição e do perfil de nosso programa, dando subsídios para tornar esse assunto mais conhecido e estabelecido, podendo auxiliar na tomada de decisões futuras.

Nesse sentido, é importante exigirmos e pensarmos ações possíveis para entender e dirimir essa e outras desigualdades no âmbito da pós-graduação brasileira e, em especial, nos programas em Filosofia. Acreditamos que isso só é possível por meio de um primeiro passo de monitoramento de nossos perfis e desigualdades, pois só assim poderemos fornecer a base de tais ações, seja através da publicização ou da busca por melhores formas de compreender esses problemas. Para iniciarmos tais discussões em nossa comunidade discente e docente, é fundamental, portanto, conhecer o público a que o PPGFIL-UFABC atende, quais são as suas características, o seu perfil de pesquisa e como aprimorar a realização dos processos seletivos, bancas de qualificação, de defesa, processo de cadastro de docentes, manutenção discente no programa, distribuição de bolsas, dentre muitos outros assuntos.

Torna-se, portanto, cada vez mais evidente também que poderemos compreender e tentar resolver os problemas concernentes às diferentes desigualdades de perfis que frequentam programas de pós-graduação em Filosofia e espaços acadêmicos em geral apenas por meio de um debate amplo e público com a sociedade civil e a comunidade universitária, isto é, com a comunidade filosófica em sentido amplo. Por mais que as decisões finais pertençam aos grupos de pessoas que cuidam e dirigem os programas de pós-graduação, elas participam necessariamente de discussões que vão além dos próprios programas e, portanto, devem poder encontrar subsídios para respaldar e contrapor suas posições.

O presente documento é elaborado nesse intuito, utilizando este periódico acadêmico do PPGFIL-UFABC como um meio para divulgar parte da história e composição do programa, principalmente através de informações e dados, para além de publicar artigos e outros materiais de relevância acadêmica na pós-graduação. Pretende-se, com isso, publicizar, da forma mais direta possível, as informações relevantes sobre diversas dimensões do programa.

Isso posto, podemos passar a algumas considerações metodológicas de cunho técnico, mas que são relevantes na compreensão do documento e de sua estrutura. Todos os dados que se apresentam aqui foram extraídos de duas fontes: das fichas de inscrição geradas pelo PPGFIL-UFABC¹ para os processos seletivos e de fontes públicas, que serão indicadas quando for o caso e nas referências bibliográficas, ao fim.

Das fichas de inscrição para os processos seletivos, fornecidas em acordo com as coordenações do PPGFIL-UFABC , foram extraídos apenas os dados que não expõem informações pessoais de candidatas e candidatos, sendo utilizados aqueles que se mostraram relevantes para a realização da presente publicação, não violando, portanto, a

¹ Agradecemos às coordenações das gestões 2019-2021 e 2021-2023 pelo acordo e apoio que permitiram a disponibilização destas informações e a elaboração do presente documento. Em especial, agradecemos à Prof^a. Nathalie Bressiani, coordenadora do PPGFIL-UFABC entre 2019-2021, que não só disponibilizou a maior parte dos dados, mas discutiu conosco sobre a necessidade desta publicação, sendo central tanto para o que aqui se segue quanto para o projeto da Revista de modo geral.

privacidade dos indivíduos, garantida pelo PPGFIL-UFABC e por esta revista. Com isso, será o caso aqui apenas de exposições do conjunto dos dados e não de inscrições específicas ou de pesquisas individuais. Nosso interesse de publicização procurou, portanto, apenas expor as informações relevantes para uma melhor compreensão dos grupos presentes no PPGFIL-UFABC.

No ato da inscrição para os processos seletivos, candidatas e candidatos declaram diversas informações relevantes, como sexo², raça, formação, perspectivas de pesquisa, entre outras, inicialmente de forma completamente inacessível aos avaliadores e membros das comissões de seleção. Tais documentos só são acessados para a homologação das inscrições (verificação dos comprovantes e atestados variados), enquanto outros documentos necessários (como os projetos de pesquisa e currículos) são entregues à comissão na última etapa do processo seletivo, sem comprometer as avaliações com a identificação de candidatas e candidatos nas etapas feitas às cegas, quando a maior parte das desclassificações ocorre.

De 2016 em diante, passou-se a utilizar regularmente o sistema de inscrições com as fichas no atual modelo, então contamos com dados padronizados apenas a partir desse ano, de forma que o processo seletivo para mestrado de 2015 não será aqui contabilizado. Além disso,

² Importante indicar que os vários problemas presentes na utilização destas fichas de inscrição como fontes de informações deste tipo (por exemplo, a não separação entre sexo e gênero), serão apontados em seu devido lugar, quando apresentarmos cada uma das informações em específico.

as informações possuem os limites impostos pela forma como as fichas de inscrição foram configuradas e preenchidas, havendo, portanto, alguns aspectos sobre o interesse, o percurso de discentes, dificuldades prévias ao ingresso e categorização de grupos que não puderam ser captados da melhor forma e demandam outras fontes, com as quais não contamos na elaboração do presente documento.

A binaridade ou ambiguidade de algumas categorias utilizadas nas fichas de inscrição (em especial de sexo e raça, que não foram pensadas necessariamente com o fim de servirem para uma pesquisa desse tipo) e a impossibilidade de entrecruzá-los para pensarmos situações interseccionais, por exemplo, dificulta análises mais detalhadas e diretas, sendo esta uma das principais limitações da utilização dessas fichas de inscrição como fontes de pesquisa estatística do perfil discente. Há também uma aparente incongruência de alguns dados fornecidos ao longo do documento, devido principalmente a inscrições duplicadas ou que apresentam ausência de toda ou parte da documentação requisitada. Estas foram contabilizadas como inscrições, mas não aparecem em outras partes dos dados por terem sido indeferidas ou desclassificadas para participação nas etapas seguintes dos processos. Outra característica dos dados é sua baixa amostragem, dado que estamos lidando com um número total baixo de inscrições e, menor ainda, de aprovações, como serão indicados nos momentos oportunos.

Como padrão para apresentar os dados, escolhemos utilizar tabelas e gráficos, com os quais visamos facilitar a visualização e comparação,

mas indicamos por intermédio de breves apontamentos textuais algumas informações que devem ser levadas em consideração no momento de análise e utilização deles. Os números em porcentagem foram utilizados para realizar comparações de forma mais evidente, permitindo, portanto, uma maior fonte de discussões sobre as informações apresentadas. As porcentagens estão normalmente aproximadas à primeira casa decimal e, se necessário, aproximações maiores foram indicadas. Em alguns momentos, tivemos de apresentar apenas partes das informações em questão nos gráficos e tabelas, pois parte das informações não apresentavam quantidades suficientes para entrarem nos gráficos e tabelas apresentados, de forma que serão apontados apenas em comentários textuais, não encontrando representação gráfica.

Para facilitar a comparação e análise dos dados, dividimos o presente documento em duas seções, que comportam explorarmos os dados em dois sentidos, um de maneira mais genérica e outro em aspectos específicos dos perfis e grupos.

A primeira seção apresenta e discute as informações pertinentes ao perfil geral discente nos processos seletivos do PPGFIL-UFABC. Serão apresentados os números de pessoas que se inscreveram para participar dos processos, que ingressaram no programa ao longo dos anos, quais suas distribuições por linha de pesquisa e outras informações relevantes na composição desse perfil geral.

A segunda seção discute informações ligadas a grupos e perfis

específicos de pessoas que participaram dos processos seletivos, em especial a distribuição racial e por sexo, por mais que as fichas de inscrição nem sempre sejam as fontes de informações ideais. Buscamos apresentar informações relevantes sobre a representação de diferentes grupos no PPGFIL-UFABC e na academia filosófica em geral.

Para concluir esta apresentação, é necessário reiterar o seguinte: o presente documento não deve ser tratado como uma fonte única e unívoca para decisões diretas que afetem a composição dos perfis discente e docente do PPGFIL-UFABC. Nosso principal interesse, nesse sentido, é duplo: incentivar que novas pesquisas produzam dados e análises de informações, utilizando instituições de fomento e regulação da pesquisa em pós-graduação (de âmbito federal e estadual), a UFABC, os cursos de graduação e os programas de pós-graduação como meio para isso; e subsidiar discussões e debates nos diversos âmbitos afetados nas questões implicadas aqui, de maneira que possamos pensar a realização efetiva do projeto institucional da UFABC, diminuindo as desigualdades presentes no PPGFIL-UFABC e demais espaços acadêmicos.

Por fim, compreendemos este documento como parte de uma nova etapa na autocompreensão do PPGFIL-UFABC, possivelmente iniciando uma sequência de publicações com o intuito de construir e documentar a história do programa e de parte da comunidade filosófica da UFABC.

Seção 1 – Perfil geral do PPGFIL - UFABC

O Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UFABC iniciou suas atividades no ano de 2015, com processos seletivos para ingresso no mestrado ocorrendo anualmente desde então, sendo o último, em 2020, o único feito de modo completamente virtual. Em 2020, também ocorreu o primeiro processo seletivo para ingresso no doutorado, igualmente de forma virtual³. Segundo a página do PPGFIL-UFABC no Portal de Programas de Pós-Graduação da UFABC (PROPG, 2021b), o número de alunos ativos é 54, com 40 alunos de mestrado e 14 de doutorado.

Buscaremos, nessa seção, apresentar principalmente as informações do perfil de ingresso discente do PPGFIL-UFABC, como já indicado, de forma que informações novas possam ser publicadas e encontrem, assim, uma formulação direta e acessível. Seguem abaixo as subseções para cada um desses aspectos gerais.

Processos seletivos de mestrado

Os números de candidatos por processo de mestrado (a partir de 2016, quando os processos passaram a contar com o atual modelo de ficha de inscrição) são os seguintes:

³ Vale lembrar que o processo seletivo de mestrado em 2020 ocorreu após o processo de doutorado, sendo que ambos os processos ocorreram em meio à pandemia do novo coronavírus (SARS-CoV-2) e por isso tiveram de ser transpostos ao meio virtual.

Ano	2016	2017	2018	2019	2020	Média	Total
Inscrições	82	72	69	61	81	73	365
Aprovações	17	19	18	15	18	17	87

Tabela 1 - "Total de inscrições e aprovações em cada processo seletivo de mestrado do PPGFIL-UFABC (2016-2020), bem como média e soma total de inscrições e aprovações".

A quantidade de inscrições a cada processo seletivo⁴ foi progressivamente diminuindo ao longo dos anos, tendo aumentado apenas em 2020, enquanto o número de aprovações manteve-se estável, com média aproximada de 17 aprovações, jamais completando o número de vagas abertas (entre 25 e 33, a depender do Processo).

As taxas de aprovação⁵ aproximadas, por processo de mestrado, apresentaram os seguintes valores:

⁴ Dentre este total de inscrições, decidiu-se por incluir também inscrições com erros ou falta de documentos, que foram posteriormente indeferidas nos processos, pois procuramos aqui apresentar a quantidade total da procura e não exclusivamente às inscrições deferidas. Mais adiante, os indeferimentos e desclassificações implicam em algumas diferenças sutis nos números, que devem ser compreendidos tendo em consideração esta possibilidade.

⁵ As taxas de aprovação são calculadas comparando os números de inscrições e de aprovações, indicando a porcentagem de aprovações efetivadas dentro de um grupo de inscrições. Portanto, no caso de grupos menores que o total de inscrições, as taxas de aprovação são calculadas partindo da relação entre o número de inscrições e aprovações no grupo. Exemplos: Se houverem 10 inscrições e 6 aprovações, isso significa que há uma taxa de aprovação geral de 60%. Se, dentro desse universo de inscrições haviam 4 inscrições do grupo A, das quais apenas 1 foi aprovada e 6 do grupo B, das quais 5 foram aprovadas, a taxa destes grupos são, respectivamente, 25% e 83,3%.

Ano	2016	2017	2018	2019	2020	Média
Aprovação geral	20,7%	26,4%	26,1%	24,6%	22,2%	24%

Tabela 2 - "Taxa de aprovação geral em cada processo seletivo de mestrado do PPGFIL-UFABC (2016-2020), bem como taxas média e total de aprovação".

Como podemos ver, ainda que tenha aumentado entre 2016 e 2017, a taxa de aprovação parece seguir um padrão de diminuição progressiva, mesmo havendo uma mudança significativa nos números brutos de inscrições e aprovações. A taxa de aprovação média indica especialmente que, dentre as pessoas inscritas para cursar o mestrado, 4 a cada 10 conseguem ser aprovadas se não levarmos em conta perfis específicos das pessoas interessadas, quando esta taxa se modifica.

Formação acadêmica nos processos seletivos de mestrado

Nas fichas de inscrição, candidatas e candidatos indicam uma ou mais formações básicas de graduação, requisito mínimo para participar dos processos seletivos de mestrado. A maioria das inscrições apresenta apenas uma formação e nos poucos casos em que pessoas apresentaram mais de uma, utilizamos apenas a primeira graduação indicada (por exemplo, se uma inscrição indicava "Direito" como primeira graduação e "História" como segunda graduação, apenas a primeira foi considerada para fins deste documento). A composição da formação básica de graduação das pessoas que se inscreveram nos processos seletivos é indicada abaixo no gráfico 1:

Formação das pessoas inscritas nos processos seletivos de mestrado do PPGFIL-UFABC (2016-2020)

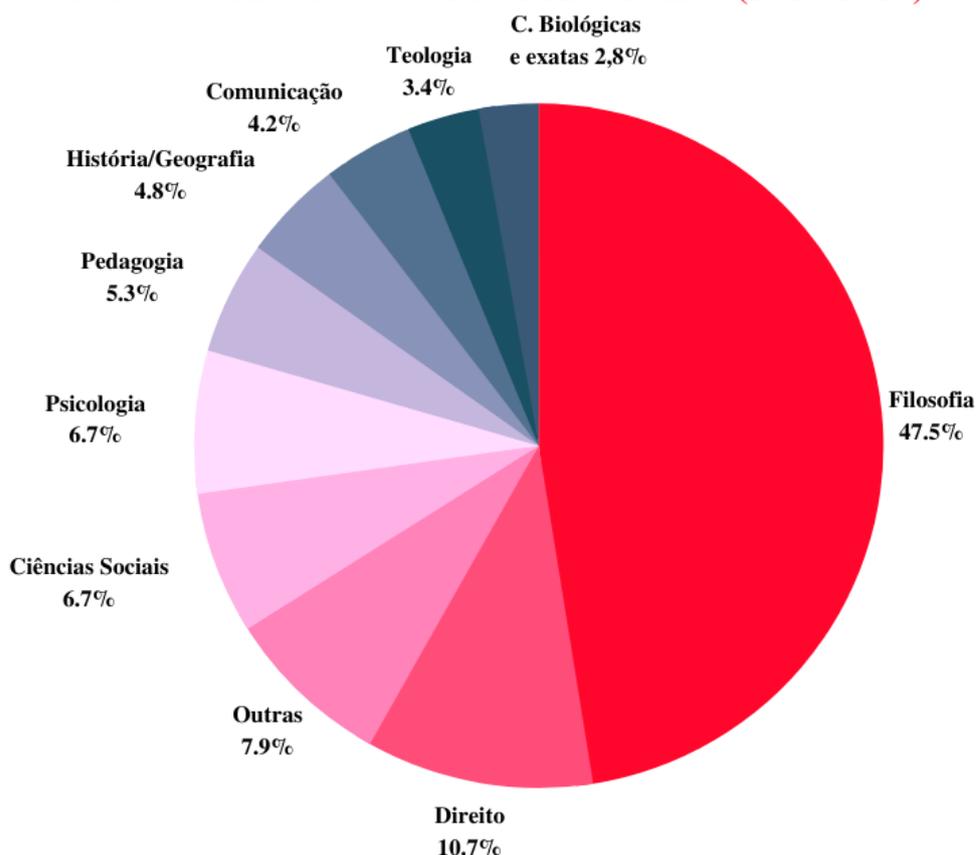


Gráfico 1 – Fonte: PPGFIL-UFABC.

A predominância de inscrições provenientes de pessoas graduadas em Filosofia destaca-se, com quase metade das inscrições (47,5%). No entanto, também encontramos um número significativo de procura proveniente de formações diferentes da Filosofia, o que também poderia ser esperado levando em consideração o incentivo pela interdisciplinaridade na UFABC.

Se tomadas em grupos, as formações que possuem maior parcela

nas inscrições são em geral da área de humanidades, incluindo Direito, Ciências Sociais, Psicologia, Comunicação e Teologia, as quais possuem no máximo 10,7% (Direito) e no mínimo 3,4% (Teologia). Dentre as graduações que foram agrupadas no gráfico, encontramos História e Geografia, que juntas compõem 4,8%, e Ciências Biológicas e Exatas, que incluem Biologia, Física, Matemática e Engenharias, com 2,8%. A categoria Outros, que representa 7,9% das inscrições, é composta por muitas formações diferentes, incluindo cursos (como Administração, Educação Física, Jornalismo, Música, Artes Cênicas etc) com baixa representação individual, tendo entre uma e duas pessoas inscritas entre 2016 e 2020.

A formação básica de graduação das pessoas que foram aprovadas nos processos seletivos é constante e marca um público proveniente, principalmente, das áreas de humanidades, conforme a seguir o gráfico 2:

Formação das pessoas aprovadas nos processos seletivos de mestrado do PPGFIL-UFABC (2016-2020)

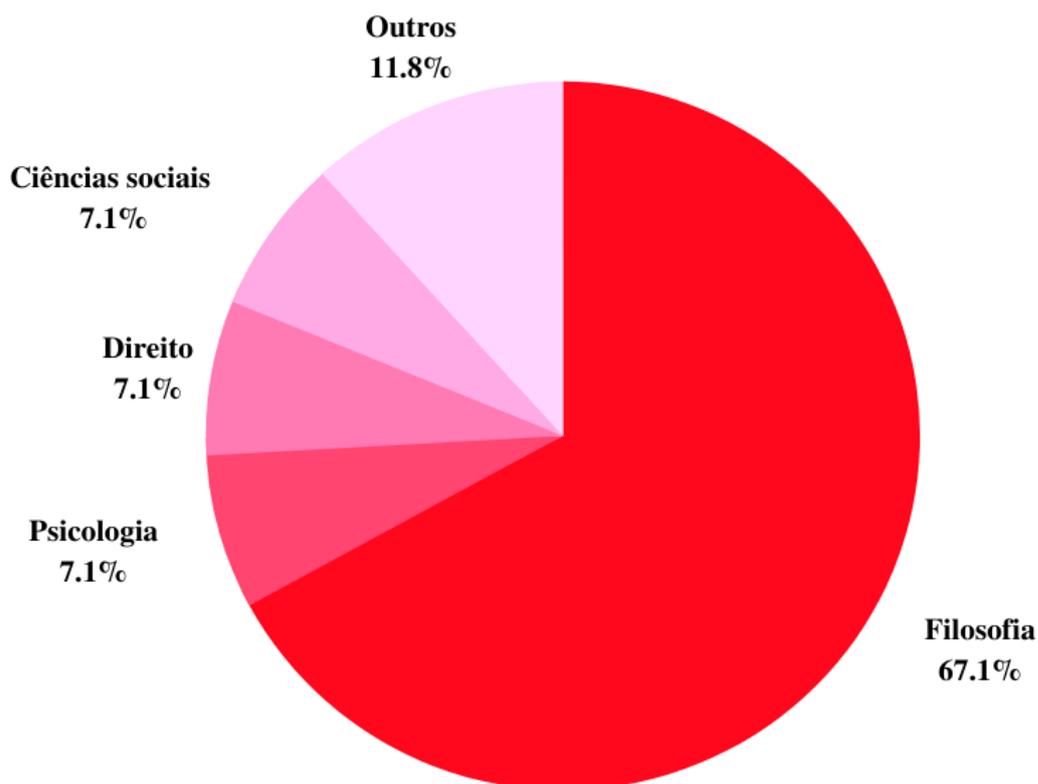


Gráfico 2 – Fonte: PPGFIL-UFABC.

Mais de dois terços das pessoas que foram aprovadas no PPGFIL-UFABC fizeram graduação em Filosofia (67,1%), enquanto Ciências Sociais, Direito e Psicologia são formações que possuem parcelas iguais (7,1%). A categoria Outros inclui uma variedade de cursos que tiveram entre uma e duas pessoas aprovadas, somando juntas 11,8%.

Parece que, apesar de haver um incentivo institucional por parte da UFABC e de seu projeto pedagógico para pesquisas com propostas interdisciplinares, esta ainda não é uma realidade efetivamente alcançada

no que toca à formação original nas inscrições e aprovações, dado que são apenas da área de humanidades as graduações mais aprovadas além da Filosofia. Nesse sentido, as áreas ligadas às ciências biológicas e exatas não encontram representação estatística relevante nas aprovações, o que parece refletir não um bloqueio necessariamente nos processos, mas antes na falta de quantidade suficiente de inscrições de pessoas com essas formações para que houvesse representação nas aprovações. Essa compreensão da relação do programa com a interdisciplinaridade, no entanto, pode ser relativizada a partir de outras análises, não apenas das formações aprovadas, mas se observadas as pesquisas que estão sendo realizadas, propostas e aprovadas.

Inscrições e aprovações por linha de pesquisa nos processos seletivos de mestrado

O PPGFIL-UFABC possui duas linhas de pesquisa: *Ética e Filosofia Política* e *Teoria do Conhecimento*, às quais os projetos de pesquisa precisam se conformar nos processos seletivos. Seguindo a apresentação e descrição das linhas de pesquisa que se encontra disponível na página oficial do PPGFIL-UFABC (PPGFIL, 2021), a descrição da linha de *Ética e Filosofia Política* é a seguinte:

Esta linha de pesquisa tem como objeto mais geral o estudo da ação humana no contexto das práticas sociais, das instituições e das formações subjetivas. As temáticas abarcadas pela linha se articulam em torno de três eixos:

- 1) problemas éticos e políticos a partir na história da filosofia,
- 2) problemas e temas da filosofia prática moderna e contemporânea,
- 3) a interdisciplinaridade na pesquisa em ética e filosofia política.

As temáticas específicas são: moral, direito e política; reflexões éticas e políticas em torno do marxismo; a interpretação da sociedade moderna por diferentes modelos de teoria crítica, tanto em suas origens como em seus desdobramentos mais recentes; o utilitarismo e seus desdobramentos; o jusnaturalismo; os direitos humanos; debates relacionados ao tema da justiça e da identidade nas últimas décadas; teorias do Estado e da democracia; formas contemporâneas de luta por reconhecimento e os movimentos sociais; ética, moral e política na filosofia Latino-Americana; as implicações éticas e políticas da psicanálise; a crítica da moral na modernidade; desdobramentos contemporâneos das críticas da modernidade; implicações éticas e políticas da ciência e da tecnologia; questões éticas e políticas na sua interface com a educação; estudos sobre a ética e a filosofia política articulados a problemas interdisciplinares; filosofia social e pesquisa empírica.

Já a linha de pesquisa de *Teoria do Conhecimento* possui a seguinte descrição, segundo a mesma fonte:

Esta linha de pesquisa tem como objeto mais geral o conhecimento, e abrange temáticas como: a justificação e a fundamentação do conhecimento; o papel da razão e da experiência para o conhecimento; a constituição da metafísica

e suas implicações epistemológicas; a crítica e o fim da metafísica; a subjetividade e o conhecimento; os critérios e as concepções de verdade; as relações entre a linguagem e o conhecimento; as relações entre argumentação lógica e fundamentação filosófica; a racionalidade científica e filosófica; a crítica cética ao conhecimento filosófico e científico; a natureza e a relação entre ciência e técnica; a questão da neutralidade, imparcialidade e autonomia científicas; a relação entre ciência, conhecimento filosófico e seus aspectos pedagógico-formativos.

Ainda que essa seja uma informação requerida no ato de inscrição, no entanto, aparece uma pequena diferença entre os dados gerais de inscrições e os por linha de pesquisa, que decorre por haverem inscrições sem a linha de pesquisa indicada, que foram indeferidas ou desclassificadas posteriormente nos processos. Veremos a seguir como as inscrições para cada uma das linhas de pesquisa se comportam em relação ao número de aprovações e como as informações de cada uma das linhas podem ser comparadas.

Na linha de *Ética e Filosofia Política*, o gráfico 3 a seguir indica a relação entre o número de inscrições e de aprovações:

Total de inscrições na linha de Ética e Filosofia Política comparado ao número de aprovações na mesma linha em cada processo seletivo de mestrado do PPGFIL-UFABC (2016-2020)

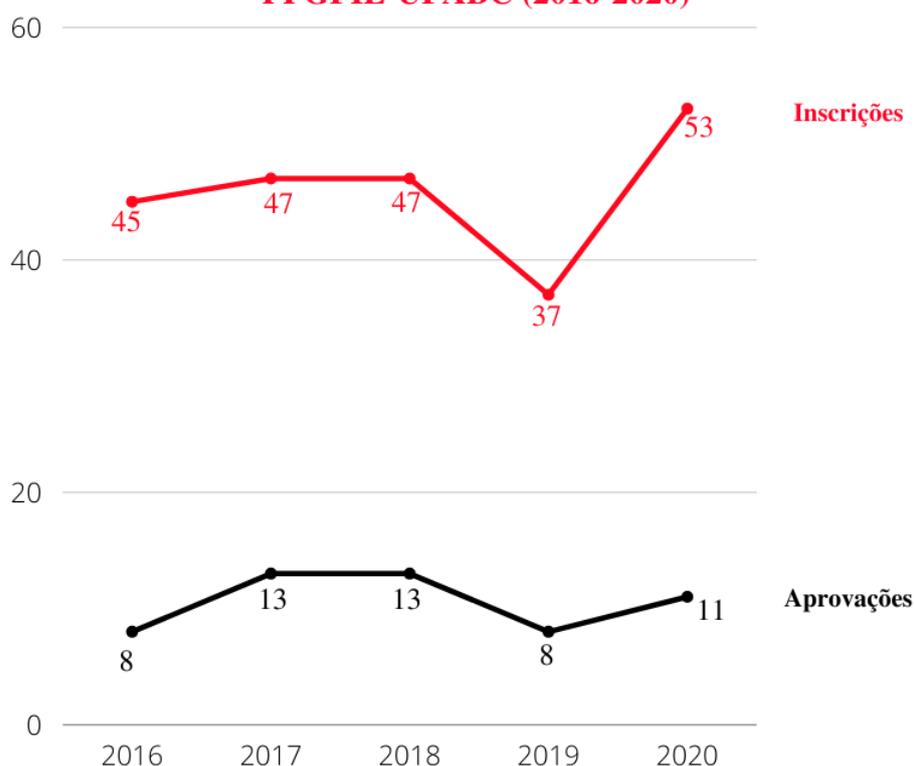


Gráfico 3 – Fonte: PPGFIL-UFABC.

As inscrições para a linha de pesquisa de *Ética e Filosofia Política* compuseram sempre a maior parte do número de inscrições geral por ano e tiveram, somando-se todos os anos, 229 inscrições, com uma média de quase 46 inscrições por ano. A principal variação nos números brutos de inscrição foram nos últimos dois processos, de 2019 e 2020, quando encontramos 37 e 53 inscrições, respectivamente a menor e a maior quantidade de pessoas inscritas nessa linha, dentre os processos.

A soma de todas as aprovações na linha de *Ética e Filosofia Política* foi de 53, com uma constância no número de aprovações por processo,

que apresenta a média de pouco mais de 10 aprovações. Ressalta-se que tanto a diminuição quanto o aumento expressivo no número de inscrições parecem não ter alterado significativamente o número de aprovações, que sempre se manteve próximo da média.

No gráfico 4 encontram-se as informações sobre as inscrições e aprovações na linha de *Teoria do Conhecimento*:

Total de inscrições na linha de Teoria do Conhecimento comparado ao número de aprovações na mesma linha em cada processo seletivo de mestrado do PPGFIL-UFABC (2016-2020)

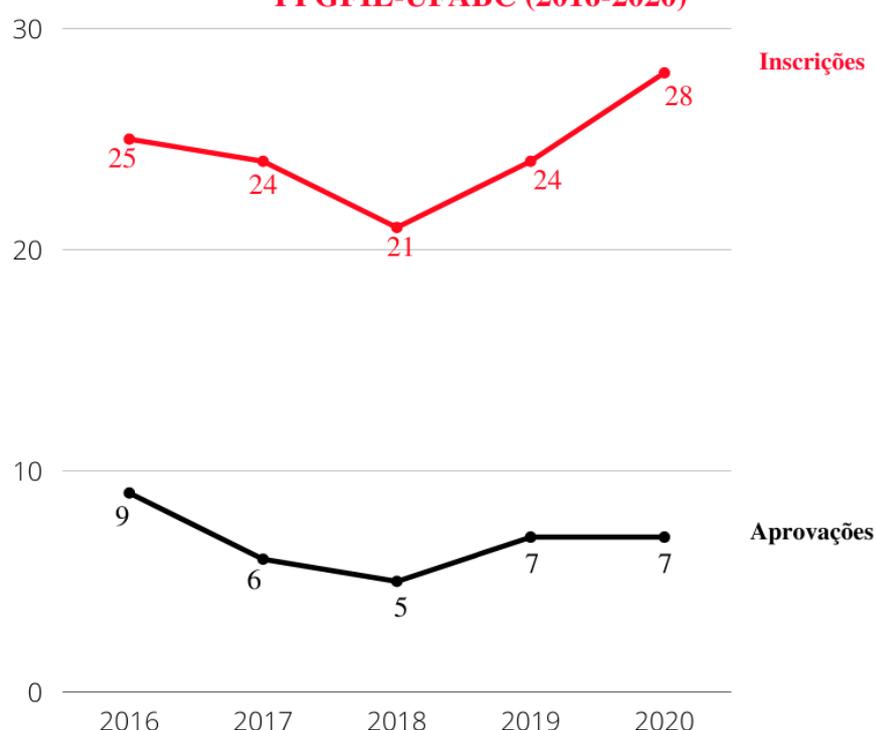


Gráfico 4 – Fonte: PPGFIL-UFABC.

As inscrições para a linha de *Teoria do Conhecimento* compuseram sempre menos da metade das inscrições, complementando a maior quantidade de inscrições para a linha de *Ética e Filosofia Política*. O total

de inscrições somadas para esta linha foi de 122, com uma média de aproximadamente 24 inscrições em cada processo seletivo. Diferente do que ocorreu com a linha de *Ética e Filosofia Política*, o número de inscrições para a linha de *Teoria do Conhecimento* possui dois períodos com tendências distintas: entre 2016 e 2018, em que houve uma queda progressiva na quantidade de inscrições, e entre 2018 e 2020, em que houve aumentos consecutivos de inscrições.

O número de aprovações total da linha de *Teoria do Conhecimento* foi de 34 e o número de aprovações manteve-se relativamente constante, com média de quase 7 aprovações por processo seletivo. Em relação à série anual, parece haver um paralelo entre a queda de inscrições nos primeiros anos e a queda de aprovações também nos mesmos anos. No entanto, o mesmo paralelo não se repete com o aumento da quantidade de inscrições entre 2018 e 2020, anos em que houve um pequeno aumento de aprovações, seguido de uma estabilização em 7 nos dois últimos processos. Esse gráfico parece indicar, conforme também ocorreu no anterior, que é difícil determinar os fatores que levam à maior ou menor aprovação em cada linha, de forma que utilizar apenas os números brutos na comparação entre as linhas indica apenas que uma delas possui uma quantidade historicamente maior de pessoas inscritas e, conseqüentemente, de aprovações, ainda que não na mesma proporção.

Para comparar as informações das linhas de pesquisa, vamos partir dos números brutos de inscrição e aprovação para calcular as porcentagens

de participação e as proporções de inscrições e aprovações entre as linhas, bem como as taxas de aprovação por linha, que serão comparadas à taxa geral. Assim podemos ter alguma noção melhor de como as aprovações comportam-se a partir das demandas e condições impostas pelo número de inscrições em cada linha.

A tabela 3 apresenta as porcentagens de participação das duas linhas de pesquisa nas inscrições por ano e os respectivos índices de proporção⁶:

Ano	2016 ⁷	2017	2018	2019	2020	Média
EFP	54,8%	65,2%	68,1%	60,6%	65,4%	65,8%
TC	30,4%	33,3%	30,4%	39,3%	34,5%	33,5%
Proporção	1,80	1,95	2,24	1,54	1,89	1,88 ⁸

Tabela 3 - "Porcentagem de participação nas inscrições por linha de pesquisa e proporção entre as linhas em cada processo seletivo de mestrado do PPGFIL-UFABC (2016-2020) e respectivas médias".

A participação de cada uma das linhas no número total de inscrições, ainda que apresente alguma constância, nem sempre encontrou um

⁶ Os índices de proporção representam a quantidade de vezes que um número foi maior que outro e são indicados com duas casas decimais, servindo geralmente para estabelecer a proporção da participação de dois grupos dentro de um conjunto maior. Exemplo: se há 10 inscrições do grupo C e 35 do grupo D, a proporção é de 3,50 inscrições de D para cada inscrição de C. Em paralelo, se há 5 aprovações de C e 7 de D, a proporção se modifica, diminuindo para 1,40 aprovações D para cada C.

⁷ O ano de 2016, em especial, contou com muitos indeferimentos de inscrições, de onde provém a maior diferença entre as participações das linhas (quase 16% faltante).

⁸ Indica-se, por este número, a média das proporções e não a proporção entre as porcentagens de participação médias. O mesmo padrão foi mantido em outras tabelas semelhantes.

padrão, como é possível ver pelos números de 2018 e 2019, em que ocorreram variações relativamente grandes. Em três ocasiões houve proporções próximas de 2 (2016, 2017 e 2020), e em uma ocasião essa proporção foi maior que 2 (2018). A proporção média entre as participações nas inscrições é de 1,88 vezes mais inscrições em *Ética e Filosofia Política* do que em *Teoria do Conhecimento*.

A tabela 4 mostra as participações das linhas de pesquisa nas aprovações⁹, bem como as respectivas proporções:

Ano	2016	2017	2018	2019	2020	Média
EFP	47%	68,4%	72,2%	53,3%	61,1%	60,4%
TC	52,9%	31,5%	27,7%	46,6%	38,8%	39,5%
Proporção	1,12	2,17	2,60	1,14	1,57	1,72

Tabela 4 - "Porcentagem de participação nas aprovações por linha de pesquisa e proporção entre as linhas em cada processo seletivo de mestrado do PPGFIL-UFABC (2016-2020), bem como respectivas médias".

Sobre os números de aprovações, uma maior variação se apresenta, ainda que com maior igualdade entre as linhas. Por duas vezes as proporções entre as linhas foram próximas da igualdade (2016 e 2019), e em outras duas ocasiões (2017 e 2018) houve proporções maiores que 2 (quando para cada pessoa aprovada na linha de Teoria do Conhecimento havia, pelo menos, duas de *Ética e Filosofia Política*). A média da proporção das aprovações indica que há em média 1,72 vezes mais aprovações

⁹ Os pequenos hiatos entre as participações se deve à diferença nas casas dos centésimos ou milésimos, que aqui não foram indicadas.

em Ética e Filosofia Política do que em Teoria do Conhecimento, o que indica uma semelhança entre as proporções médias de inscrições e aprovações.

Outra forma de comparar as linhas de pesquisa é por meio das respectivas taxas de aprovação. A tabela 5 abaixo apresenta a comparação entre as taxas de aprovação específicas e a taxa geral:

Ano	2016	2017	2018	2019	2020	Média
Aprovação geral	20,7%	26,4%	26,1%	24,6%	22,2%	24%
Aprovação EFP	17,7%	27,6%	27,6%	21,6%	20,7%	23%
Aprovação TC	36%	25%	23,8%	29,1%	25%	27,7%

Tabela 5 - "Taxas de aprovação geral e por linha de pesquisa em cada processo seletivo de mestrado do PPGFIL-UFABC (2016-2020) e as respectivas médias".

As taxas específicas para os conjuntos relativos às linhas de pesquisa nem sempre acompanham a taxa geral em mudanças específicas e também não apresentam sinais de estabilização. Houve, assim, variações consideráveis na quantidade de pessoas aprovadas em cada linha de pesquisa em relação ao número de inscrições na respectiva linha. Se por um lado a linha de *Teoria do Conhecimento* tem menos inscrições, por outro consegue aprovar uma porcentagem relativamente maior de suas inscrições do que a linha de *Ética e Filosofia Política*.

Em apenas duas ocasiões (2017 e 2018), a taxa de aprovação para a linha

de *Ética e Filosofia Política* foi superior à taxa geral e à taxa de *Teoria do Conhecimento*, sendo que, em todos os processos a taxa de *Ética e Filosofia Política* ficou abaixo da taxa média de *Teoria do Conhecimento*. A taxa de aprovação para a linha de *Teoria do Conhecimento*, assim, nunca esteve abaixo da taxa média de *Ética e Filosofia Política*, de forma que por três vezes ficou acima da taxa geral (2016, 2019 e 2020) e nas outras duas ficou um pouco abaixo.

A comparação entre as linhas, apesar de difícil por só termos dados para cinco processos, parece indicar que ambas apresentam taxas de aprovação similares, tendo, no entanto, a linha de *Teoria do Conhecimento*, em média, uma taxa superior à de *Ética e Filosofia Política*. Ressalta-se que esses números refletem as taxas de aprovação por linha, que representam, nesse caso, o quanto o conjunto de inscrições em cada linha conseguiu ser ou não aprovado. Não se tratam, portanto, apenas dos números brutos por linha, mas de seu aproveitamento relativo nos processos.

Defesas de mestrado

Em acordo com o tempo médio de realização de um mestrado, apenas dois anos após o primeiro processo seletivo de mestrado (2015) ocorreram as primeiras defesas de dissertações (2017). Com isso, muito provavelmente apenas em 2024 ocorrerão as primeiras defesas de doutorado. Nesse sentido, os dados de defesas disponíveis (ver PROPG, 2020 e 2021a) são potencialmente relevantes na compreensão

tanto da eficiência do programa em concluir as pesquisas dentro do tempo esperado quanto da relação entre as aprovações nos processos seletivos e o número de defesas. Vejamos os números de defesas de mestrado por ano na tabela 6:

Ano	2017	2018	2019	2020	2021	Média
Número de defesas	13	7	20	10	4 (até maio)	54

Tabela 6 - "Quantidade anual e total de defesas de mestrado no PPGFIL-UFABC (2017-2021)".

Infelizmente não é possível utilizar plenamente esses dados, pois não abarcamos outras variáveis envolvidas na progressão do curso de mestrado do PPGFIL-UFABC, como matrícula de aprovados (nem todas as candidaturas aprovadas matriculam-se efetivamente), quantidade de adiamentos dos prazos para qualificação e defesa, evasão de discentes durante o curso etc. Portanto, apenas com mais tempo e levando em consideração as variáveis relevantes será possível avaliar qual a taxa de conclusão das pesquisas no PPGFIL-UFABC, permanecendo esta uma informação indeterminada por ora.

Processo seletivo de doutorado

Como dito anteriormente, houve apenas um processo seletivo de doutorado no PPGFIL-UFABC até a publicação do presente documento, o que significa que os dados aqui apresentados relacionados a ele serão apenas a primeira peça de um quadro que não podemos compor

ainda. Decidimos tornar públicas algumas informações sobre esse processo, pois se trata de um aspecto relevante na compreensão de como PPGFIL-UFABC configura-se atualmente, em especial levando em consideração as circunstâncias de funcionamento remoto para os processos.

Houve 30 inscrições e 15 aprovações, mostrando uma taxa de aprovação de 50%. Essa taxa é alta, se comparada à do mestrado, mas como a procura é menor e o público-alvo mais restrito, a contextualização de surgimento desse número só poderá ser estabelecida mais confiavelmente conforme outros processos ocorram.

Por conta da baixa contextualização dos dados em relação às informações sobre a formação e as linhas de pesquisa, não as apresentaremos aqui e, quando houver mais informações disponíveis, procuraremos colocá-las em conjunto. Outra questão relevante a se levar em consideração na análise desse tópico e com a qual ainda não contamos são as informações provenientes de outros programas de pós-graduação em Filosofia.

Seção 2 – Perfis de procura e aprovação nos processos seletivos do PPGFIL - UFABC

Nesta segunda seção, buscaremos apresentar algumas informações relativas a grupos e perfis específicos presentes nos processos seletivos de mestrado e doutorado no PPGFIL-UFABC entre 2016

e 2020. As informações serão divididas entre as distribuições que consideramos mais relevantes ao lidar com os dados fornecidos pelas fichas de inscrição, especialmente sobre a distribuição sexual e racial nas inscrições e aprovações. Quando necessário, indicamos por texto informações complementares que não cabiam ser indicadas em tabelas e gráficos.

Nossa intenção principal foi, portanto, apresentar de forma direta e simples as informações que encontrávamos nas fichas de inscrição e não necessariamente indicar análises e interpretações sobre esses dados.

Lembramos, por fim, que os contextos envolvidos nas distribuições abaixo indicadas são de processos seletivos que ocorrem, em sua maior parte, às cegas, isto é, em que avaliadores de provas têm acesso apenas ao estritamente necessário para avaliar cada candidatura, sem saber portanto seu sexo, gênero, cor, nacionalidade etc. O único momento em que essa identificação ocorre parcialmente é ao final, durante as entrevistas e análises de projeto, em que participam as pessoas que foram classificadas nas etapas feitas às cegas.

Uma compreensão mais detalhada sobre as distribuições nos processos seletivos, que não poderá ser estabelecida aqui, depende de saber quais os momentos em que cada candidato e candidata de determinados grupos são majoritariamente desclassificados, a cada ano, pois isso poderá indicar em que estágio dos processos encontramos

a maior retenção de pessoas. Da mesma forma, para compreender a permanência discente no PPGFIL-UFABC seria necessário conhecer tanto as informações sobre bancas de qualificação e defesa quanto acerca do acesso a bolsas, desempenho em aula, possibilidade de uso da infraestrutura fornecida pela UFABC etc, com o fim de melhorar as condições de permanência de alunas e alunos no programa.

Distribuição sexual nos processos seletivos de mestrado

Nos processos seletivos realizados pelo PPGFIL-UFABC, tanto de mestrado quanto de doutorado, houve significativas diferenças entre a quantidade das inscrições por sexo, de forma que é fundamental apresentá-las neste documento. Utilizamos as fichas de inscrição, novamente, em que há uma grande limitação nessa questão pelo fato de se utilizar a categoria "sexo" — em geral a mais presente em documentos oficiais com os quais os processos precisam lidar, como carteira de identidade (RG), por exemplo —, o que significa que as pessoas apenas puderam declarar-se ou do sexo feminino ou do sexo masculino. No presente documento, utilizamos apenas as categorias indicadas nas fichas, sem predicá-las ou atribuir a elas um sentido diferente do que encontramos e, portanto, quando falamos de inscrições em que as pessoas autodeclararam-se do sexo feminino, dizemos "pessoas do sexo feminino" ou "pessoas autodeclaradas do sexo feminino", valendo o mesmo para pessoas que se autodeclararam do sexo masculino. Ainda que corrente, essa maneira de classificar as inscrições não ajuda a compreender nuances do público participante dos processos,

pois simplifica e obriga o preenchimento das fichas em acordo com esse padrão.

Diferenças que envolvam a categoria de gênero e que tratem de outras dimensões da sexualidade e expressão sexual pessoal não podem ser avaliadas aqui por conta dessa limitação nas fontes e apenas com uma pesquisa direcionada a esses elementos poderíamos compreender essa dimensão. Como indicado na apresentação, esperamos que, com o tempo, sejam realizados mais documentos como este, recorrendo a diferentes fontes, de forma a trazer mais informações sobre essas e outras questões.

A seguir o gráfico 5, em que consta a comparação entre o número total de inscrições e o número de pessoas do sexo feminino inscritas, por ano:

Total de inscrições comparado ao número de pessoas autodeclaradas do sexo feminino inscritas em cada processo seletivo de mestrado do PPGFIL-UFABC (2016-2020)

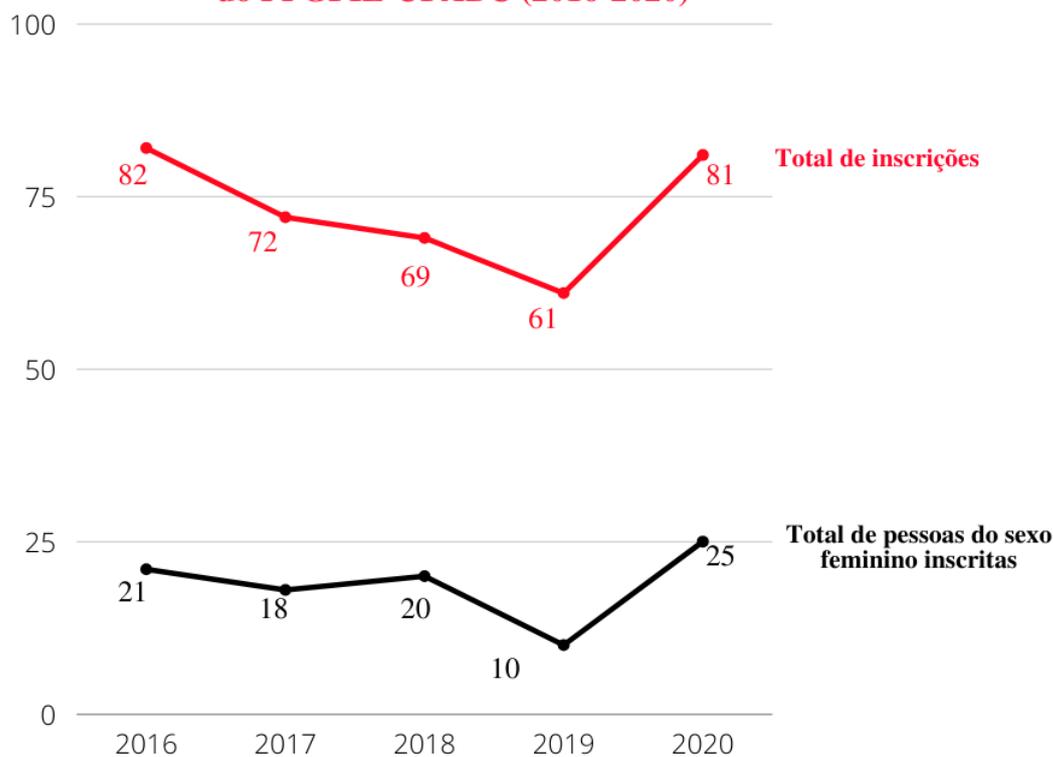


Gráfico 5 – Fonte: PPGFIL-UFABC.

Os números brutos de inscrições de pessoas do sexo feminino nos processos seletivos de mestrado mostram que houve uma tendência significativa de queda entre os anos de 2016 e 2019, nos quais os processos foram de 21 a 10 inscrições de pessoas do sexo feminino, ocorrendo a única mudança nessa tendência em 2020. Nesse ano, com um aumento no número total de inscrições, apresentou-se também a maior quantidade registrada de inscrições de pessoas do sexo feminino nos processos, com 25. Se considerarmos o período entre 2016 e 2019, a quantidade de inscrições de pessoas do sexo feminino nos processos seletivos de mestrado caiu mais da metade, como dissemos, mas a

quantidade de inscrições de pessoas do sexo masculino caiu apenas um pouco, permanecendo praticamente a mesma (2016 teve 61 inscrições de pessoas do sexo masculino e 2019, 51).

No total, como indicamos na primeira seção, 365 inscrições foram realizadas entre 2016 e 2020. Destas, apenas 94 inscrições foram de pessoas do sexo feminino, com uma média de 18,8 inscrições desse grupo por processo seletivo. Em contraste, o número de inscrições de pessoas do sexo masculino foi 271, com uma média de 54,2 inscrições desse grupo por processo seletivo. A participação de pessoas do sexo masculino no total das inscrições é de 74,2%, enquanto a de pessoas do sexo feminino é de 25,7%.

Para compreender a transformação da participação de inscrições de pessoas do sexo feminino nos processos e sua relação com a quantidade de inscrições de pessoas do sexo masculino, na tabela 7 indicamos a participação porcentual de cada grupo nas inscrições¹⁰, bem como as proporções entre essas participações, por ano:

¹⁰ Como se trata de uma informação binária, em que todas as inscrições se conformaram, as porcentagens foram arredondadas quando necessário

Ano	2016	2017	2018	2019	2020	Média
Inscrições sexo masculino	74,4%	75%	71%	83,6%	69,1%	74,6%
Inscrições sexo feminino	25,6%	25%	29%	16,4%	30,9%	25,3%
Proporção	2,90	3,00	2,44	5,09	2,23	3,13

Tabela 7 - "Porcentagem de participação nas inscrições por sexo e proporção entre eles em cada processo seletivo de mestrado do PPGFIL-UFABC (2016-2020), bem como e as respectivas médias".

A participação de cada sexo nas inscrições indica que a proporção média é 3,13, de forma que para cada inscrição de pessoa do sexo feminino havia três de pessoas do sexo masculino. No caso mais extremo da série, em 2019, a proporção entre as inscrições foi de mais de 5 vezes, isto é, para cada inscrição de pessoa do sexo feminino havia, pelo menos, cinco inscrições de pessoas do sexo masculino, o que mostra a volatilidade dessa proporção, que não necessariamente segue de perto a média.

Abaixo, no gráfico 6, vejamos as informações sobre a participação de pessoas do sexo feminino nas aprovações dos processos seletivos:

Total de aprovações comparado ao número de pessoas autodeclaradas do sexo feminino aprovadas em cada processo seletivo de mestrado do PPGFIL-UFABC (2016-2020)

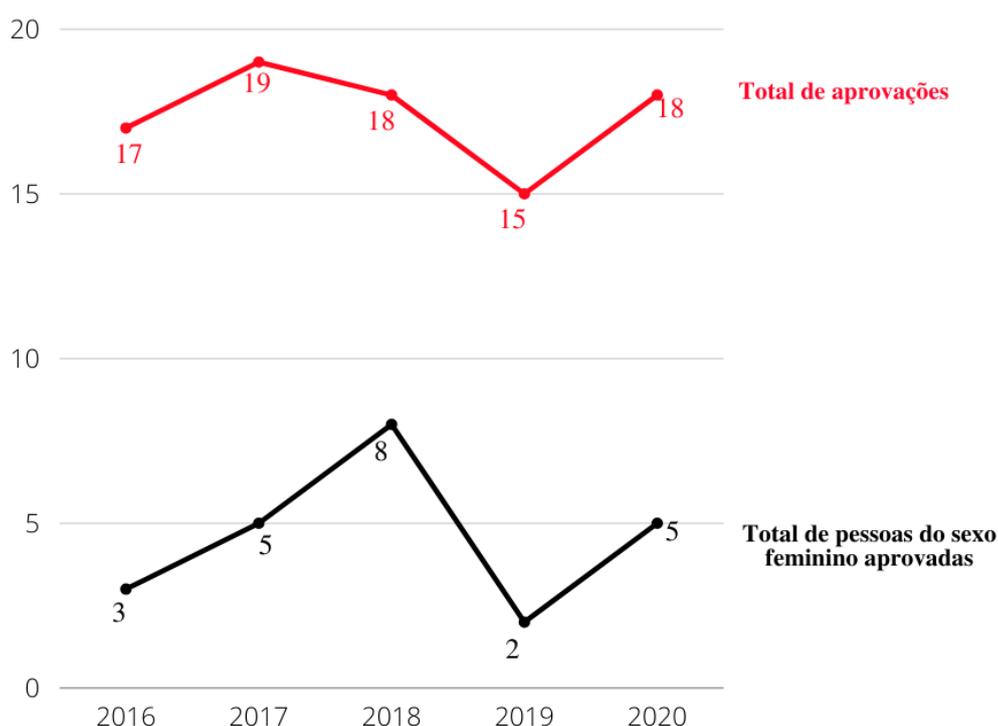


Gráfico 6 – Fonte: PPGFIL-UFABC.

O total de aprovações de pessoas do sexo feminino foi de 23, enquanto a quantidade de pessoas aprovadas do sexo masculino foi de 64, sendo, no total, 87 aprovações, como já indicado anteriormente. A média de pessoas aprovadas do sexo feminino é de 4,6 por ano, enquanto a de pessoas do sexo masculino é de 12,8 por ano, isto é, há uma proporção de quase três vezes. Havendo uma quantidade de inscrições em que a maior parte é de pessoas do sexo masculino, estas conseguem, portanto, ser aprovadas também em maior quantidade. Enquanto 74,2% das inscrições foram de pessoas do sexo masculino, a porcentagem do total de aprovações deste grupo é de 72,9% e, por mais que a proporção

se modifique no número total, ainda assim é difícil recusar que a maior quantidade de aprovações está ligada, de alguma forma, à quantidade maior de pessoas do sexo masculino que participaram dos processos.

A quantidade de inscrições de pessoas do sexo feminino, como vimos, é muito inferior à de pessoas do sexo masculino, mas isso não necessariamente significou uma presença proporcional destes grupos nas aprovações e a relação ano a ano entre as inscrições e as aprovações foram distintas. Na verdade, de 2016 até 2018, o número de pessoas aprovadas do sexo feminino aumentou a cada ano, apesar de a quantidade de inscrições do grupo ter diminuído e, em acordo com isso, a comparação não é tão simples. A tabela 8 conta com as porcentagens de participação de cada grupo nas aprovações, bem como as respectivas proporções, por processo, de forma que possamos comparar mais adequadamente essas informações:

Ano	2016	2017	2018	2019	2020	Média
Aprovações sexo masculino	82,4%	73,7%	55,6%	86,7%	72,2%	74,1%
Aprovações sexo feminino	17,6%	26,3%	44,4%	13,3%	27,8%	25,9%
Proporção	4,68	2,80	1,25	6,51	2,59	3,56

Tabela 8 - "Porcentagem de participação nas aprovações por sexo e proporção entre eles em cada processo seletivo de mestrado do PPGFIL-UFABC (2016-2020), bem como e as respectivas médias".

Como fica evidente com a comparação entre as tabelas 7 e 8, houve uma série de mudanças nas porcentagens de aprovações em cada

grupo durante o período, de forma que não se reflete diretamente a porcentagem de inscrições ao final e, por isso, comentaremos as mudanças ano a ano.

Em 2016, houve uma proporção de aprovações (4,68) maior do que a proporção de inscrições (2,90), de forma que a maior participação masculina nas inscrições foi amplificada significativamente com as etapas efetivas do processo seletivo (sejam os deferimentos e indeferimentos das inscrições, sejam as etapas avaliativas e classificatórias). Isso indica que o processo de 2016 ampliou as diferenças já presentes entre os sexos ao não apenas reproduzir as diferentes quantidades de inscrições, mas aumentar essa diferença nas aprovações. Não se trata aqui de avaliar em quais etapas e por quais motivos específicos isso ocorreu, pois seria importante e necessário, para isso, realizar um acompanhamento passo a passo dos processos, o que não foi possível ainda.

Em 2017, a proporção de pessoas do sexo feminino em relação às pessoas do sexo masculino nas inscrições era de três vezes e, nesse caso, a proporção nas aprovações manteve-se próxima disso, diminuindo apenas um pouco (2,80). Ainda que de difícil compreensão, essa mudança parece indicar que ocorreu alguma modificação nas condições em que ocorreu o processo, seja nas suas etapas, seja nos participantes, de modo que a proporção entre os sexos masculino e feminino foi mantida semelhante do início ao fim, não diminuindo e nem aumentando a participação proporcional de um dos grupos de forma significativa. Isso se reflete no fato de que o total de pessoas do sexo

feminino inscritas diminuiu em relação a 2016 (de 21 para 18) enquanto o número de aprovações aumentou (de 3 para 5), mostrando que as candidaturas desse grupo conseguiram ser mais aprovadas do que antes, ainda que tivessem menos inscrições.

No ano de 2018, houve uma manutenção na quantidade de pessoas do sexo feminino inscritas, que voltou a ser 20, levando a proporção de inscrições a uma diminuição para 2,44, depois de dois anos próxima de 3. Isso, de certa forma, refletiu na proporção de pessoas aprovadas do sexo feminino, que encontrou um pico de 8 dentre as 18 aprovações, sendo portanto 10 de pessoas do sexo masculino. Esse processo seletivo parece ser, portanto, um dos mais paradoxais, visto que, mesmo havendo uma proporção de inscrições de 2,44, a proporção de aprovações foi a mais igualitária da série, com 1,25 pessoas do sexo masculino aprovada para cada pessoa do sexo feminino.

A tendência que encontra no ano de 2018 seu ápice deve ser considerada uma exceção nos dados até aqui disponíveis, no entanto, principalmente por conta da divergência em relação aos demais anos e isso é reforçado se visto esse ano em relação ao ano de 2019, no qual a quantidade de inscrições de pessoas do sexo feminino foi a mais baixa da série (apenas 10), aumentando significativamente a proporção de inscrições em favor das inscrições de pessoas do sexo masculino (passando de 5). Essa proporção, no entanto, diferente dos anos anteriores, não diminuiu com o processo seletivo e nem foi mantida nas aprovações, mas foi consideravelmente aumentada. A proporção de aprovações foi

de uma evidente tendência de diminuição nos últimos processos para um aumento exorbitante, em que para cada pessoa do sexo feminino aprovada havia 6,51 pessoas aprovadas do sexo masculino. Neste caso, mesmo os números brutos são muito diferentes: foram aprovadas apenas duas pessoas do sexo feminino enquanto contavam-se treze do sexo masculino entre as aprovações.

Por fim, o ano de 2020 é importante na compreensão de como a proporção de inscrições e de aprovações pode estar ligada à forma (virtual ou presencial) como os processos são realizados. Apesar de ter ocorrido em um ano de difícil comparação por ter contado com todas as etapas feitas por meio virtual, a proporção de inscrições entre os sexos foi a mais paritária de toda a série (2,23), enquanto a proporção de aprovações manteve-se um pouco maior do que esta (2,59), refletindo um comportamento que já ocorreu anteriormente (2016 e 2017). Além disso, parece evidente que, ainda que um aumento da quantidade de pessoas interessadas nos processos diminua a diferença entre a participação de cada grupo, isso não necessariamente faz com que as proporções sejam tão distintas de outros casos, podendo até mesmo ser pior: enquanto havia quase um terço das inscrições de pessoas do sexo feminino em 2020 (30,9%), a participação do mesmo grupo entre as aprovações foi de pouco mais de um quarto (27,8%).

Para uma comparação mais completa entre os sexos, é importante também apresentar as taxas de aprovação de cada grupo por processo, comparando-as à taxa geral de aprovação, já indicada anteriormente.

Na tabela seguinte encontram-se elencadas as taxas:

Ano	2016	2017	2018	2019	2020	Média
Aprovação geral	20,7%	26,4%	26,1%	24,6%	22,2%	24%
Aprovações sexo masculino	22,9%	25,9%	20,4%	25,4%	23,2%	23,5%
Aprovações sexo feminino	14,2%	27,7%	40%	20%	20%	24,3%

Tabela 9 - "Taxas de aprovação geral e por sexo em cada processo seletivo de mestrado do PPGFIL-UFABC (2016-2020), bem como as respectivas médias".

É importante que esse aspecto seja apontado aqui, pois as taxas de aprovação não refletem exatamente os números brutos dos grupos envolvidos. A taxa de aprovação média de pessoas do sexo feminino, mesmo com menos inscrições e aprovações, é quase sempre próxima e até mesmo superior à taxa de aprovação de pessoas do sexo masculino. As taxas de ambos os grupos acompanham a taxa geral, que permanece mais próxima da de pessoas do sexo masculino devido à quantidade sempre maior de inscrições e aprovações neste grupo. Se a soma dos números totais de todos os processos são comparados, por fim, as taxas de aprovação são bem próximas das médias: pessoas do sexo masculino têm 23,6% das aprovações e pessoas do sexo feminino têm 24,4%, indicando certo equilíbrio dos desempenhos.

Por outro lado, se comparamos ano a ano, as pessoas do sexo masculino apresentam taxas maiores que as de pessoas do sexo feminino em três ocasiões (2016, 2019 e 2020), nos quais os números são ainda

relativamente próximos. As duas ocasiões em que as taxas das pessoas do sexo feminino foram superiores (2017 e 2018) incluíram tanto uma quantidade de inscrições diminuindo quanto uma maior aprovação de pessoas do sexo feminino, como vimos, de modo que novamente vemos desenvolver-se uma situação paradoxal, principalmente em 2018, quando a taxa de aprovação de pessoas do sexo feminino foi quase o dobro da de pessoas do sexo masculino. Os dados para o processo de 2018 apresentam, portanto, uma informação que impacta diretamente no fato de o desempenho médio das pessoas do sexo feminino ser um pouco maior, de modo que se o desconsideramos no cálculo das médias, sua ordem inverte-se consideravelmente em favor das pessoas do sexo masculino, que passam a ter 24,3% de taxa de aprovação, enquanto as pessoas do sexo feminino contam com 20,4% nesta taxa modificada.

Distribuição sexual no processo seletivo de doutorado

No único processo seletivo de doutorado que já ocorreu no PPGFIL-UFABC, encontramos a seguinte situação, apresentada pelo gráfico 7:

Total de inscrições e aprovações gerais comparado ao número de inscrições e aprovações de pessoas autodeclaradas do sexo feminino no processo seletivo de doutorado do PPGFIL-UFABC (2020)

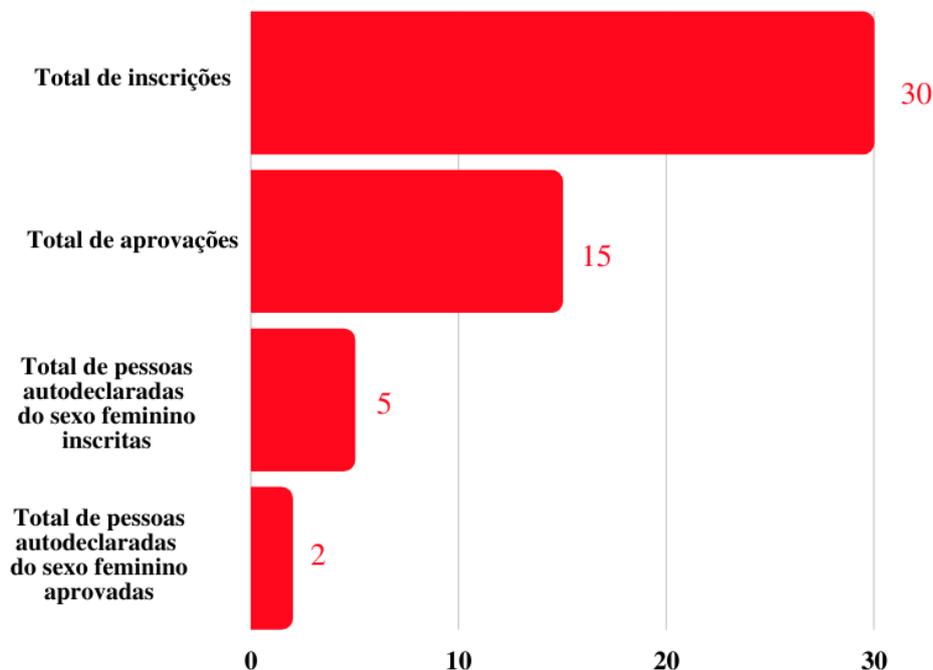


Gráfico 7 – Fonte: PPGFIL-UFABC.

Dentro do quadro que já encontramos com os processos de mestrado, no de doutorado houve inscrições de cinco pessoas do sexo feminino em um total de trinta, isto é, aproximadamente 16,6%, com uma proporção de cinco pessoas inscritas do sexo masculino para cada pessoa do sexo feminino. Quinze pessoas foram aprovadas, mas dentre elas apenas duas eram do sexo feminino, o que significa que aproximadamente 13,3% das aprovações foram deste grupo, estando a proporção em mais de seis pessoas do sexo masculino para cada pessoa do sexo feminino aprovada, números próximos, neste caso, ao processo seletivo de mestrado de 2019.

Distribuição racial nos processos seletivos de mestrado

A noção de "raça" envolvida nos processos seletivos foi considerada aqui seguindo a ficha de inscrição, que por sua vez depende da autodeclaração pessoal no ato de inscrição. A autodeclaração permite que as pessoas apontem o pertencimento a um dos seguintes grupos raciais determinados pelas fichas: "Branco", "Negro", "Pardo", "Indígena" e "Amarelo (de origem oriental)", mas também permite que declarem "Prefiro não responder", de modo que existem inscrições sem a declaração de raça. Quando utilizamos, portanto, "pessoas brancas", "pessoas pardas", "pessoas negras", "pessoas indígenas" e "pessoas amarelas" ou "de origem oriental", estamos nos referindo estritamente a esta classificação originada nas fichas de inscrição.

Nesse sentido, buscamos apresentar abaixo os números gerais de cada um dos grupos com mais participação nos processos seletivos, isto é, o que nas fichas encontram-se sob os nomes "Branco", "Pardo" e "Negro", tanto em relação às inscrições quanto às aprovações e, após a apresentação de cada grupo, indicaremos as comparações necessárias entre eles. No caso de pessoas autodeclaradas indígenas e autodeclaradas de origem oriental, como houve apenas quatro inscrições destes grupos somados entre 2016 e 2020, indicaremos por comentário textual sua participação, constando as informações brutas também para esses grupos.

Novamente, assim como no caso das diferenças sexuais, no caso das

diferenças raciais há uma utilização imprecisa, nas fichas de inscrição, das categorias normalmente utilizadas para pesquisas desse tipo. No caso, costumam-se utilizar as categorias "Branços", "Pardos" e "Pretos", além de "Amarelos (de origem oriental)" e "Indígenas", agrupando-se "Pardos" e "Pretos" sob a categoria mais ampla de "Negros", como, por exemplo, nas pesquisas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) acerca da composição racial ou de cor da população brasileira (ver IBGE, 2019)¹¹. Em acordo com isso, esta também é a forma como os documentos oficiais e legais que respaldam as ações afirmativas no nível de pós-graduação compreendem essa questão. A portaria normativa nº 13, de 11 de maio de 2016, do Ministério da Educação (BRASIL, 2016) diz claramente isso em seu Artigo 1º. O regimento da Pró-Reitoria de Pós-Graduação (PROPG), aprovado em 2019, também se refere a essa forma de classificação:

Os PPGs devem prever, nos editais de processo seletivo, reserva de vagas para negros (pretos e pardos), indígenas e pessoas com deficiência, conforme dispõe a Portaria Normativa n. 13 do Ministério da Educação, de 11 de maio de 2016, podendo ainda haver cotas para refugiados, pessoas transgênero, além de demais situações previstas pelos Conselhos Superiores (CONSUNI e ConsEPE) da UFABC. (BRASIL, 2019, p. 12)

Nesse sentido, não surpreende que o primeiro processo seletivo de

¹¹ Nas últimas estimativas acerca da composição da população brasileira por raça, segundo IBGE (2019), no ano de 2018 os Brancos correspondiam a 43,1% da população, os Pardos a 46,5% e os Pretos a 9,3%.

mestrado após a aprovação deste texto do regimento da PROPG apresente uma formulação semelhante, em que a mesma categorização é utilizada e apareça mesmo a referência ao IBGE: "Serão considerados negros candidatos autodeclarados¹² e socialmente reconhecidos como tal e incluídos nas categorias de pretos e pardos, segundo a classificação do IBGE" (BRASIL, 2020, p. 61). Neste caso, é evidente como a ficha de inscrição ainda não foi revisada e, por isso, não fornece informações em acordo com a distinção mais utilizada. Espera-se que, com a realização de novos processos, esse e outros aspectos das fichas sejam revistos. Com a intenção de ir dos grupos que mais participam dos processos seletivos aos que menos participam, iniciaremos a apresentação com as informações relativas às inscrições de pessoas brancas, indicadas no gráfico 8:

¹² Para requisição de participação nas vagas destinadas para cotas no processo seletivo de 2020, era necessário declarar-se, por meio de documento específico assinado, como pessoa considerada negra. Estes documentos não foram acessados e nem utilizados aqui, principalmente por conterem dados pessoais e não terem paralelo em outros processos seletivos. Quando nos referimos à "autodeclarados" estamos indicando apenas que estas foram as informações fornecidas na ficha de inscrição e não à autodeclaração para requisição de participação no programa de cotas.

Total de inscrições comparado ao número de pessoas autodeclaradas brancas inscritas em cada processo seletivo de mestrado do PPGFIL-UFABC (2016-2020)

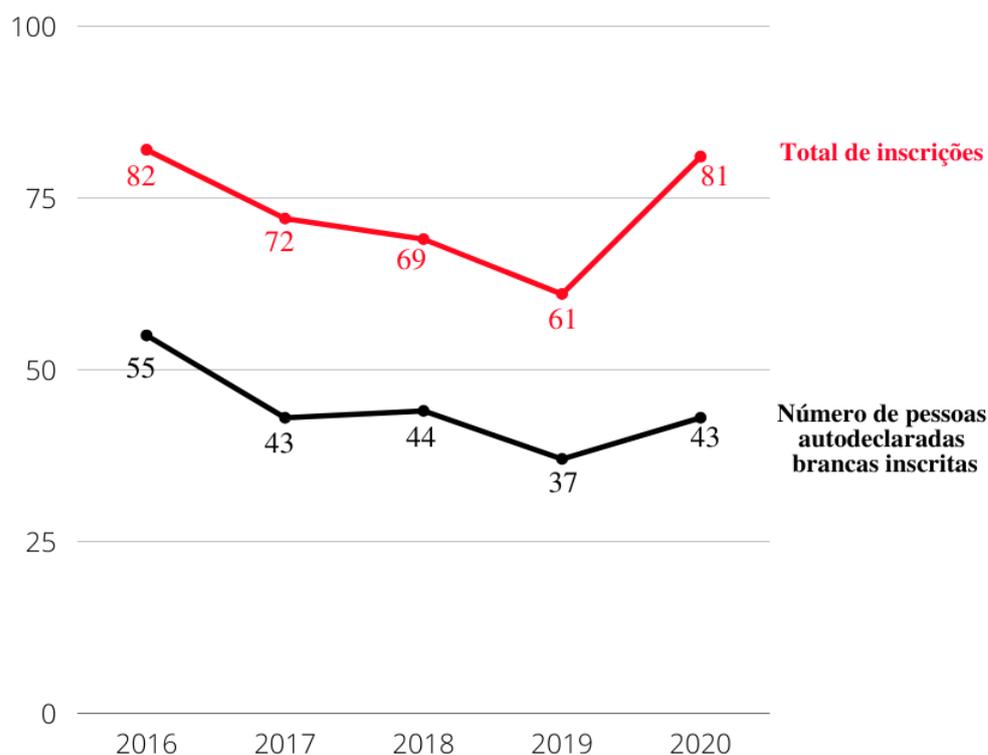


Gráfico 8 – Fonte: PPGFIL-UFABC.

O número total de pessoas brancas inscritas nos processos seletivos foi de 222, com uma leve diminuição entre 2016 e 2020, havendo 55 pessoas brancas inscritas no primeiro e 43 no último, com uma média de inscrições de 44,4 por processo. Acompanhando a diminuição total de inscrições, a quantidade de pessoas brancas envolvidas nos processos caiu e, em 2020, quando os números totais aumentaram depois de sucessivas quedas, houve uma quantidade semelhante de pessoas brancas inscritas em relação aos anos anteriores. A participação de pessoas brancas nos números totais de inscrições é massiva: das 365 inscrições, 60,8% delas foram de pessoas brancas, sendo a maior

porcentagem por processo em 2016 (67%) e a menor em 2020 (53%).

No gráfico 9 a seguir, apresentamos os números de aprovações de pessoas brancas em comparação com o número de aprovações total, por processo:

Total de aprovações comparado ao número de pessoas autodeclaradas brancas aprovadas em cada processo seletivo de mestrado do PPGFIL-UFABC (2016-2020)

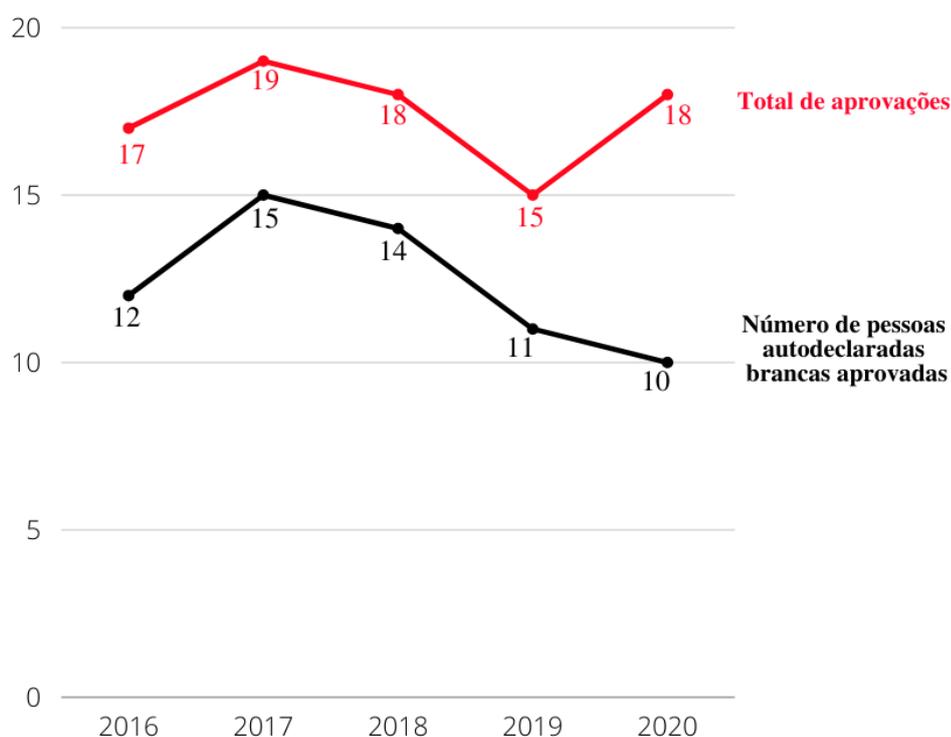


Gráfico 9 – Fonte: PPGFIL-UFABC.

Do alto número de pessoas brancas inscritas nos processos passamos agora a ver um número proporcionalmente ainda maior de pessoas brancas aprovadas. No total, foram 62 pessoas brancas aprovadas somando todos os processos, com uma média de 12,4. Essa participação nas aprovações corresponde, no total, a 71,2% das pessoas

aprovadas e em todos os anos a participação de pessoas brancas nas aprovações foi superior à participação nas inscrições, o que indica que as inscrições de pessoas brancas conseguem facilmente chegar à aprovação, encontrando, mesmo em situações em que são pouco mais de metade das inscrições (2020), uma participação próxima, de 55,5%, nas aprovações.

A seguir, no gráfico 10, estão indicadas as informações de inscrições de pessoas pardas, em cada processo seletivo:

Total de inscrições comparado ao número de pessoas autodeclaradas pardas inscritas em cada processo seletivo de mestrado do PPGFIL-UFABC (2016-2020)

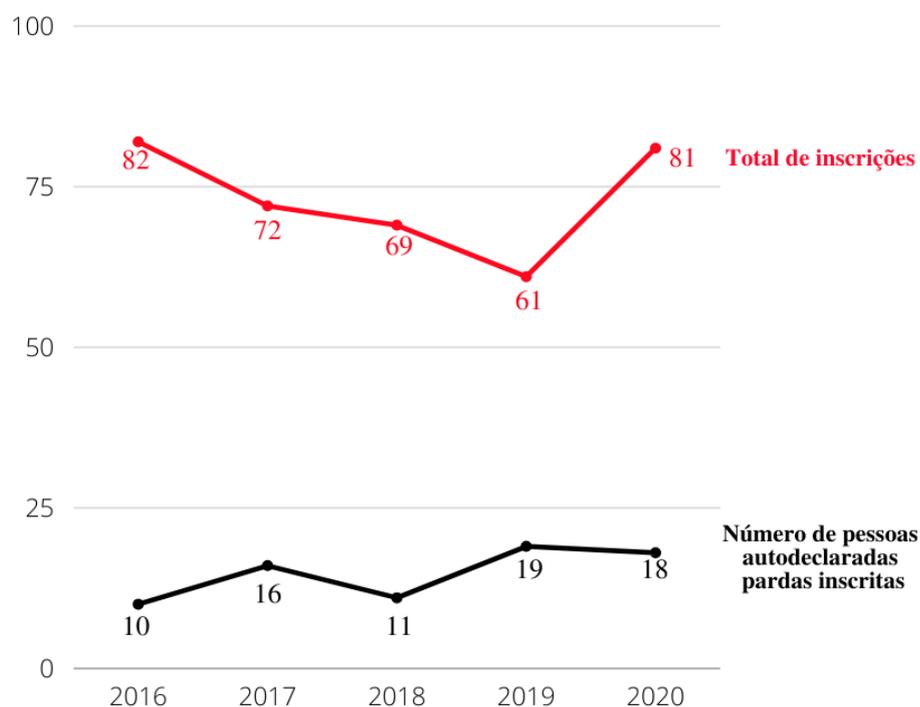


Gráfico 10 – Fonte: PPGFIL-UFABC.

A participação de pessoas autodeclaradas pardas nos processos

seletivos de mestrado aumentou progressivamente entre 2016 e 2020, quase dobrando (indo de 20 a 18). O número total de pessoas pardas inscritas, somados todos os anos, foi de 74, correspondendo a 20,2% do total das inscrições, com uma média de 14,8 por processo. A participação deste grupo não encontrou a mesma tendência do número total de inscrições e, mesmo quando houve um aumento significativo do total entre 2019 e 2020, a quantidade de pessoas pardas inscritas não aumentou, indo de 19 para 18.

Em seguida, o gráfico 11 indica a presença de pessoas autodeclaradas pardas entre as aprovações:

Total de aprovações comparado ao número de pessoas autodeclaradas pardas aprovadas em cada processo seletivo de mestrado do PPGFIL-UFABC (2016-2020)

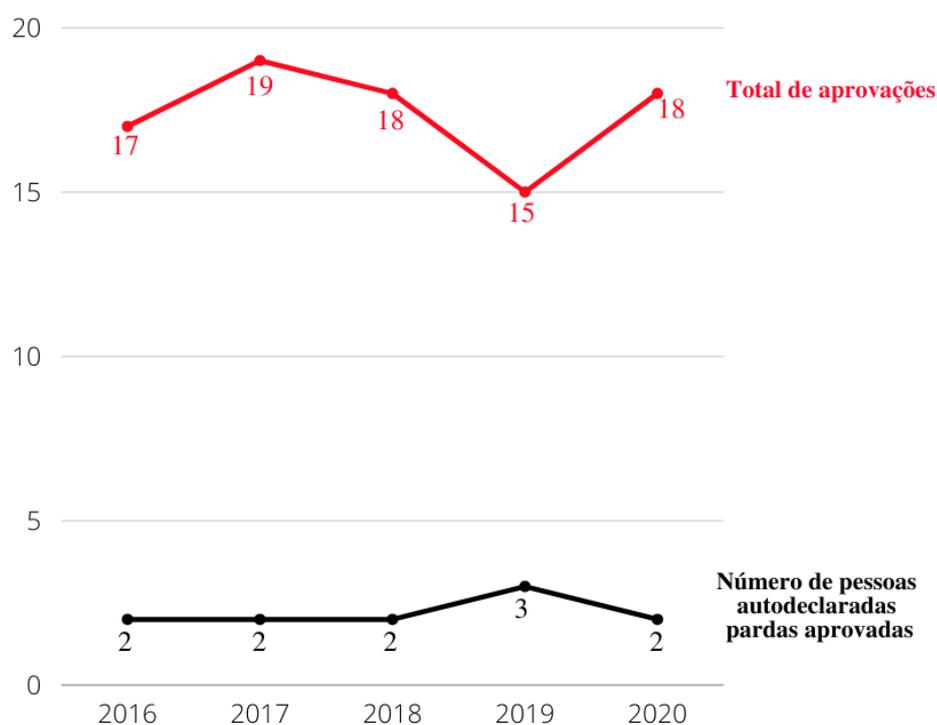


Gráfico 11 – Fonte: PPGFIL-UFABC.

Diferente da tendência do número de inscrições de pessoas pardas e muito distante das variações do total de aprovações, a quantidade de pessoas pardas aprovadas manteve-se constante e relativamente baixa, com uma média de 2,2 aprovações por processo. O total de pessoas pardas aprovadas no período foi de 11, sendo esta quantidade apenas 12,6% das aprovações totais. Em contraste com o que já vimos no grupo de pessoas brancas, o grupo de pessoas pardas experimentou uma tendência a conseguir aprovações relativas ao número de inscrições, tendo apenas em 2019, ano com mais inscrições do grupo, conseguido chegar em 3 pessoas pardas aprovadas, o que ainda está aquém da proporcionalidade: em 2019 as pessoas pardas eram 31,1% das inscrições e foram apenas 20% das aprovações.

A seguir, seguem os números de inscrições de pessoas negras em comparação com o número total de inscrições nos processos seletivos de mestrado no gráfico 12:

Total de inscrições comparado ao número de pessoas autodeclaradas negras inscritas em cada processo seletivo de mestrado do PPGFIL-UFABC (2016-2020)

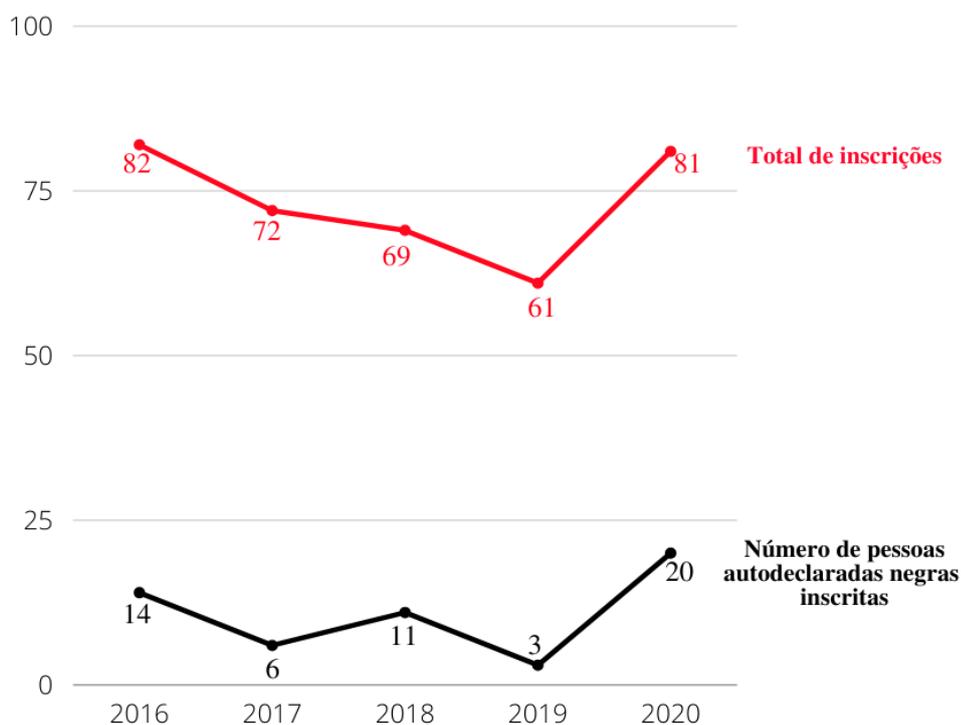


Gráfico 12 – Fonte: PPGFIL-UFABC.

A quantidade total de pessoas negras inscritas nos processos seletivos foi de 54, contando com uma média de 10,8 pessoas negras inscritas por processo, sendo os anos de 2017 e 2019 os com menos inscritas e 2016, 2018 e 2020 os com mais inscritas, criando um gráfico em que há uma variação ondular, em um ano havendo mais e, no outro, menos pessoas negras inscritas. É importante ressaltar que havia uma tendência de queda na participação desse grupo até 2019, quando a quantidade de inscrições foi a mais baixa da série, de certo modo acompanhando a tendência de queda do total de inscrições. Em 2020, diferente dos demais grupos até aqui, houve um aumento significativo no número de pessoas negras inscritas, que chegou a 20, a maior quantidade que já houve, em

acordo com um aumento no total de inscrições. Em comparação ao total de inscrições em todo o período, a participação das pessoas negras é de apenas 14,7%, variando conforme os anos entre 4,9% (2019), a menor participação, e 24,6% (2020), a maior. Comentaremos mais sobre esse assunto após apresentar as informações de aprovação de pessoas autodeclaradas negras por processo, indicadas no gráfico 13 a seguir:

Total de aprovações comparado ao número de pessoas autodeclaradas negras aprovadas em cada processo seletivo de mestrado do PPGFIL-UFABC (2016-2020)

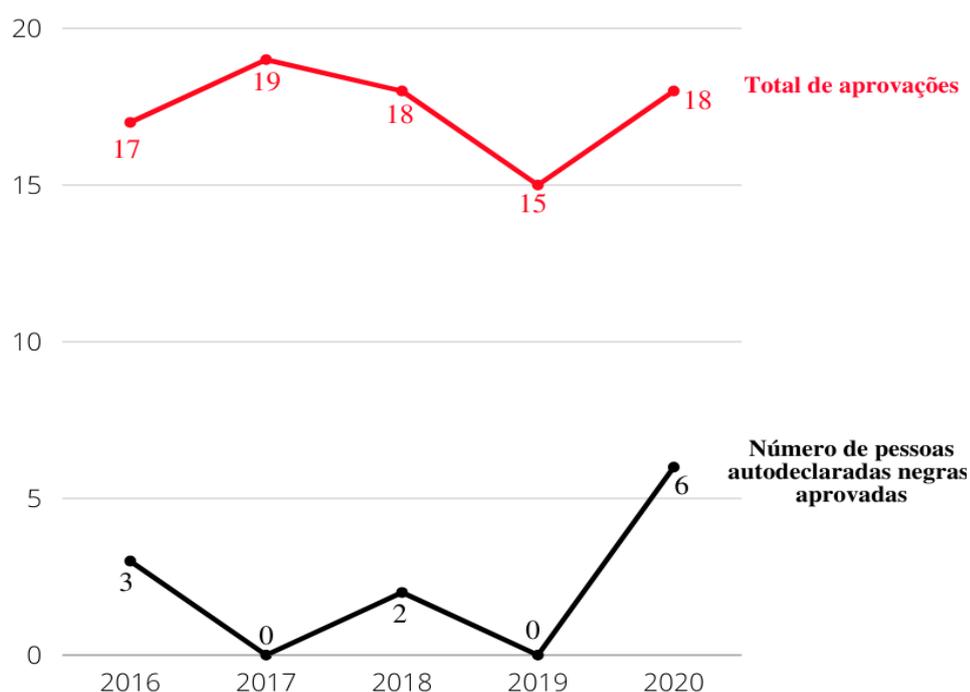


Gráfico 13 – Fonte: PPGFIL-UFABC.

A presença de pessoas negras nas aprovações foi muito baixa desde o início da coleta dessas informações, sendo que em duas ocasiões não houve aprovações de pessoas negras (2017 e 2019), anos em que houve também menor inscrição do grupo. O total de aprovações de pessoas negras desde 2016 foi 11, correspondendo a 12,6% das aprovações totais.

Em 2020 houve 6 aprovações do grupo, tornando a média por processo 2,2, quase dobrando a estabelecida até 2019.

A questão envolvida no uso das categorias “Branco”, “Pardo” e “Negro” na ficha de inscrição impede uma comparação mais profunda desses grupos, pois especialmente as duas últimas categorias incluem certa ambiguidade, caso fossem comparadas às utilizadas usualmente em pesquisas desse tipo. Ainda assim, segue abaixo a tabela 10, em que constam as porcentagens de participação de cada grupo, tanto nas inscrições quanto nas aprovações, de forma que se facilite a comparação entre eles:

Ano	2016	2017	2018	2019	2020	Média
Inscrições Branco	67%	59,7%	63,7%	60,6%	53%	60,8%
Inscrições Pardos	12,1%	22,2%	15,9%	31,1%	22,2%	20,7%
Inscrições Negros	17%	8,3%	15,9%	4,9%	24,6%	14,1%
Aprovações Branco	70,5%	78,9%	77,7%	73,3%	55,5%	71,1%
Aprovações Pardos	11,7%	10,5%	11,1%	20%	11,1%	12,8%
Aprovações Negros	17,6%	-	11,1%	-	33,3%	12,4%

Tabela 10 - “Participação de pessoas autodeclaradas brancas, pardas e negras nas inscrições e aprovações em cada processo seletivo de mestrado do PPGFIL-UFABC (2016-2020), bem como respectivas médias”.

Como se pode ver e já apontamos anteriormente, a distribuição racial

desses três grupos é muito diferente nos processos, incluindo sempre uma maioria de pessoas brancas e ora um pouco mais de pessoas pardas, ora mais pessoas negras. Em média, no entanto, pessoas pardas e pessoas negras tiveram quase sempre uma participação significativa nas inscrições, o que não se reflete nas aprovações, nas quais em média os grupos tiveram participações de 12,8% (pardos) e 12,4% (negros). Em paralelo, na média, a participação de pessoas brancas nas inscrições foi ampliada através dos processos, em que se passou de 60,8% das inscrições para 71,1% das aprovações. Ainda que poucas, as comparações possíveis são essas no contexto das categorias utilizadas pelas fichas de inscrição. Tendo em vista uma possível revisão da ficha de inscrição, espera-se que haja a possibilidade de, no futuro, coletar as informações de modo mais coerente, permitindo comparações mais detalhadas, incluindo a proporcionalidade e taxa de aprovação dos grupos, bem como sua intersecção com outras informações.

Outros grupos raciais que receberam inscrições nos processos seletivos de mestrado não foram considerados nos gráficos e tabelas acima, pois encontraram apenas quatro inscrições somando todos os processos. Foram realizadas apenas duas inscrições de pessoas de origem oriental, uma em 2018 e outra em 2019, sendo que nunca houve nenhuma aprovação de pessoas desse grupo. Houve duas inscrições de pessoas autodeclaradas indígenas: uma em 2017 e outra em 2019, sendo que em 2019 a inscrição foi aprovada.

A introdução de ações afirmativas nos processos seletivos

Se levarmos à sua efetividade o posicionamento presente na portaria normativa do Ministério da Educação (MEC) nº 13, de 11 de maio de 2016 (BRASIL, 2016), em que se estabelece a necessidade e normativas básicas para ações afirmativas em programas de pós-graduação brasileiros, respeitando-se a "autonomia" universitária e mesmo "os princípios de mérito inerentes ao desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação", a elaboração de propostas de ações afirmativas por parte de instituições de ensino superior impõe-se através do projeto em que essas instituições encontram-se envolvidas: não apenas formar profissionais qualificados, mas também promover a diminuição de desigualdades sociais em geral.

Essa compreensão das universidades públicas como meios para chegar a fins considerados benéficos para a sociedade como um todo e que devem estar ligados aos objetivos científicos e teóricos dessas instituições é importante na compreensão de como as ações afirmativas podem ser elaboradas e praticadas tanto na graduação quanto na pós-graduação, respeitando-se as diferenças entre estes níveis formativos e a autonomia das instituições, que, no caso particular da pós-graduação, utilizaram desse direcionamento para formular suas próprias normativas, tendo a liberdade de realizar as discussões e estabelecer as regras internas para tais processos.

Considerando que apenas com a implementação de ações afirmativas em

diversos âmbitos (e não apenas na graduação) seria possível promover o acesso ao conhecimento de partes significativas da população que muitas vezes não podiam encontrar oportunidades de acesso aos espaços acadêmicos, sua realização se mostra cada vez mais urgente. As ações afirmativas na pós-graduação puderam ser pensadas, com isso, para promover a diminuição de “desigualdades sociais resultantes de passivos históricos ou atitudes discriminatórias atuais”, de forma que pessoas pertencentes aos grupos a que se direcionam estas ações não sofram mais com processos discriminatórios e segregatórios (BRASIL, 2016).

Ainda que não tenha encontrado sua validação em forma de lei, como no caso das ações afirmativas na graduação¹³, a Portaria nº 13 do MEC serviu de base para as normativas estabelecidas no nível de pós-graduação da UFABC, por exemplo, como fica explicitamente indicado no texto do regimento da pós-graduação *stricto sensu* já indicado anteriormente (BRASIL, 2019, p. 12).

Em acordo com isso, nos processos seletivos de mestrado e doutorado de 2020 do PPGFIL-UFABC ocorreram as primeiras inclusões destas normas nos editais que regulam cada processo. No caso, no edital do processo de mestrado encontramos o seguinte texto acerca deste ponto:

Serão oferecidas até 30 (trinta) vagas para o Curso de

¹³ Ver Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, regulamentada pelo Decreto nº 7.824, de 2012.

Mestrado. Sendo 22 (vinte e duas) vagas destinadas à concorrência geral, 06 (seis) vagas ao programa de cotas destinado aos candidatos autodeclarados negros ou indígenas e 02 (duas) vagas exclusivas para Pessoa com Deficiência (PcD). O número de vagas a ser preenchido será definido em função da existência de candidatos classificados nos termos do presente Edital e da disponibilidade de professor orientador. (BRASIL, 2020, p. 61).

Esse edital, portanto, representa a forma como a inclusão de ações afirmativas foi direcionada no PPGFIL-UFABC para dois grupos: candidatos autodeclarados negros ou indígenas, cuja designação é feita por vezes como PPI (Pretos, Pardos e Indígenas) e PcD (Pessoas com Deficiência). Ambos os grupos incluem-se dentre aqueles que foram alvos de discriminação e violência históricas no Brasil, incluindo aqui processos tão distintos quanto cruéis envolvendo pessoas desses grupos. A intenção, portanto, era que mais pessoas desses grupos participassem e conseguissem efetivamente ser aprovadas nos processos seletivos do PPGFIL-UFABC, de modo que encontrassem um meio de acesso à comunidade acadêmica de pós-graduação.

Como apenas os processos seletivos de 2020 apresentaram essa normativa em seus editais, podemos considerar as informações dadas por ambos para uma compreensão numérica desses aspectos.

No processo seletivo de mestrado, houve 10 solicitações de participação no programa de cotas PPI dentre as inscrições. Dentre essas inscrições

que solicitaram participar do programa, 5 foram aprovadas. No mesmo processo houve 1 solicitação de participação no programa de cotas PcD, sendo que não houve aprovações.

Um mecanismo semelhante foi utilizado no processo seletivo de doutorado, quando houve 3 solicitações de participação no programa de cotas PPI e, dentre elas, houve 1 aprovação. No caso do programa de cotas PcD, houve uma única solicitação de participação e também 1 aprovação.

Conclusão

Retomando os objetivos declarados no início deste documento, encerramos esta exposição indicando que estas páginas são um primeiro passo em uma série de publicações planejadas por esta revista com o fim de indicar não só a composição de nosso programa de pós-graduação, no sentido de apresentá-lo, mas de iniciar, com este espaço, uma compreensão e discussão acerca dos perfis discentes e docentes, seja em suas desigualdades, seja no sentido de concretizar um perfil de pesquisa e produção de conhecimento filosófico. Portanto, consideramos que não é demais reafirmar que isso é parte de um esforço que visa ser ainda maior, mais completo e sistematizado em torno dessas questões e que aqui não encontra sua forma última e nem mesmo preliminar, mas antes um esforço intelectual e de compreensão de nossa situação.

Acreditamos que tal passo explicitamente implica uma posição

interpretativa e política em torno dessas questões e fatos, embora saibamos também que para que isso se efetive, deve ser ampliado o acesso às informações e dados, além de análises e interpretações, não só divulgando números, mas chamando especialistas e membros da comunidade para discuti-los e apresentarem seus pontos de vista. No atual contexto de realização, portanto, esperamos encontrar nas mãos de leitoras e leitores exigentes não apenas críticas severas e qualificadas, mas o senso de comunidade para partilhar conosco as discussões aqui implicadas, não negligenciando os esforços coletivos para que seja mesmo possível essa troca.

A participação, por fim, de leitoras, leitores, estudantes, professoras e professores, pesquisadoras e pesquisadores, pode ser realizada também por meio do envio de sugestões, questões e críticas, que com satisfação serão recebidas por nós através do endereço eletrônico oficial da Revista de Filosofia *Instauratio Magna*: instauratio.magna@ufabc.edu.br. Convidamos para que participem de nossa construção conjunta desta publicação.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Carolina. Quatorze anos de desigualdade: Mulheres na carreira acadêmica de Filosofia no Brasil entre 2004 e 2017. **Cadernos de Filosofia Alemã**. v. 24, n. 1, pp. 13-33, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/issn.2318-9800.v24i1p13-33>>, acesso em 03/05/2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. Portaria Normativa nº 13, de 11 de maio de 2016. **Diário Oficial da União**. Ano CLIII, nº 90, 12 de maio de 2016. Seção 1, p. 47. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-normativa-n-13-de-11-de-maio-de-2016-21520473>> , acesso em 11/05/2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundação Universidade Federal do ABC. **Boletim de Serviço**. Nº 879, 24 de setembro de 2019. Disponível em: <https://www.ufabc.edu.br/images/stories/comunicare/boletimdeservico/boletim_servico_ufabc_879.pdf>, acesso em 10/05/2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundação Universidade Federal do ABC. **Boletim de Serviço**. Nº 979, 4 de setembro de 2020. Disponível em: <https://www.ufabc.edu.br/images/stories/comunicare/boletimdeservico/boletim_servico_ufabc_979.pdf>, acesso em 07/05/2021.

IBGE. **Sinopse do Censo Demográfico de 2010**. Rio de Janeiro:

IBGE, 2010. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/censo2010/apps/sinopse/index.php?dados=11&uf=00>>, acesso em 07/05/2021.

IBGE. **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101681>>, acesso em 07/05/2021.

PPGFIL (UFABC). **Linhas de Pesquisa**. UFABC, 2021. Disponível em: <<https://filosofia.ufabc.edu.br/linhas-de-pesquisa/>> , acesso em 06/05/2021.

PROPG (UFABC). **Número de defesas por Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu da UFABC (2009-2020)**. UFABC, 2020. Disponível em: <<https://propg.ufabc.edu.br/wp-content/uploads/Defesa-2020-site-1.pdf>>, acesso em 06/05/2021.

PROPG (UFABC). Pós-Graduação em Filosofia – Notícias. **Portal de Programas de Pós-Graduação (UFABC)**. SIGAA (UFABC), 2021a. Disponível em: <https://sig.ufabc.edu.br/sigaa/public/programa/noticias.jsf?lc=pt_BR&id=211>, acesso em 06/05/2021.

PROPG (UFABC). Pós-Graduação em Filosofia – Alunos Ativos. **Portal de Programas de Pós-Graduação (UFABC)**. SIGAA (UFABC), 2021b. Disponível em: <https://sig.ufabc.edu.br/sigaa/public/programa/alunos.jsf?lc=pt_BR&id=211>, acesso em 06/05/2021.



Instauratio Magna

Revista do Programa de Pós-Graduação
em Filosofia da Universidade Federal do ABC
v. 1, n. 1 (2021): Edição Inaugural

Entrevista

**Prof. Dr. Fernando Costa Mattos e
Prof^a. Dr^a. Luciana Zaterka**

Realizada por
**Izabela Loner Santana e
Pedro Casalotti Farhat***

Universidade Federal do ABC
São Bernardo do Campo (SP)

Entrevista sobre a história do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UFABC com Prof. Dr. Fernando Costa Mattos e Prof^a. Dr^a. Luciana Zaterka, conselheiro e conselheira da Revista de Filosofia Instauratio Magna, docentes do Bacharelado e da Licenciatura em Filosofia, do Bacharelado interdisciplinar em Ciências e Humanidades e do Programa de Pós-Graduação em Filosofia. Integraram juntos as primeiras coordenações do Programa.

* A entrevista foi realizada no dia 16 de outubro de 2020 por Pedro Farhat e Izabela Loner, editor e editora responsáveis.

Revista de Filosofia Instauratio Magna [RFIM]: *Vocês poderiam reconstruir a história do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal do ABC (UFABC)? Como surgiu a ideia e a necessidade de implementá-lo?*

Fernando Costa Mattos [FCM]: Acho que vale começar pelo seguinte: o Bacharelado em Ciências e Humanidades começou em 2010 e os cursos de filosofia em 2011. Minha história na UFABC começa quando passei no concurso para professor no segundo semestre de 2010 e mesmo antes de efetivamente ingressar como docente — o que só foi possível em 2011 por conta das eleições —, já tinha participado, junto de outros professores recém-contratados, de algumas reuniões de elaboração dos projetos pedagógicos dos cursos de filosofia. Eram poucos docentes e, até onde sei, o grande fluxo de entrada foi entre 2011 e 2013, quando o número cresceu bastante.

Não me lembro de como exatamente surgiu a discussão sobre a possibilidade de haver um curso de pós-graduação, mas, entre uma conversa e outra, foi surgindo essa ideia, sendo que começamos a discutir como realmente dar esse passo por volta de 2012. Eu acho que essa discussão surgiu de uma forma muito natural, pois, em uma universidade pública com graduação em filosofia, se há projetos e pretensões para o futuro, almejando alcançar um nível de excelência (como já era o caso), a criação de um programa de pós-graduação é, a meu ver, fundamental.

Eu me lembro de que o Prof. Daniel Pansarelli era um dos que tinha mais firmeza na ideia de criar a pós-graduação em filosofia, tendo sido ele quem me sugeriu assumir o projeto, provavelmente no final de 2011 ou começo de 2012. Assim, foi feita uma consulta aos demais colegas e, tendo todas e todos concordado, eu fiquei responsável por começar a pensar o Programa. Comecei a me informar sobre quais eram os procedimentos necessários, o que tínhamos de fazer para criar um curso de pós-graduação e só então eu soube que deveríamos montar uma proposta de APCN (Avaliação de Propostas de Cursos Novos)¹, isso já no ano de 2012.

A Prof^a. Luciana Zaterka entrou na UFABC em maio de 2012 e, como eu estava trabalhando com isso e já nos conhecíamos de ocasiões anteriores, em algum momento conversamos, ainda no Campus de Santo André da UFABC, e a chamei para me ajudar, pois vi que a tarefa não era nada simples, especialmente na montagem do APCN. Lembro-me de chegar ao final de 2012 precisando bater o martelo sobre essa questão da proposta, tendo em vista que o prazo para enviar o APCN era abril ou maio de 2013.

Elaboramos e enviamos juntos a documentação até o final

¹ Documento necessário para solicitação de abertura de novos cursos de pós-graduação na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) [N. E.].

daquele ano de 2012 e, no entanto, em 2013 a proposta ainda não foi aprovada, tendo sido um dos principais argumentos contrários à abertura o fato de, à época, os cursos de graduação serem muito novos, não tendo decorrido tempo suficiente para nossos alunos de graduação entrarem na pós-graduação. Acredito que a Luciana possa falar mais sobre isso.

Luciana Zaterka [LZ]: Concordo com o Fernando, que tem toda razão sobre o motivo para o primeiro APCN ter sido recusado. Mas isso ocorreu também porque a área de filosofia é uma área muito tradicional e normalmente requer que os Programas tenham uma solidez suficiente para começarem. Naquele momento, havia um conjunto de fatores que, assim, levaram à recusa do primeiro APCN, o que, como o Fernando vai continuar a explicar, levou a uma redistribuição das linhas de pesquisa e a uma melhor estruturação do Programa, inclusive com grande apoio institucional da UFABC, o que felizmente levou à sua aprovação no final de 2014.

FCM: Sim, o Prof. Gustavo Martini Dalpian, pró-reitor de pós-graduação à época [2014-2016], fez um trabalho muito bom internamente à UFABC para nos ajudar e a UFABC como um todo teve uma importância grande nesse processo: eu comecei a participar, entre o final de 2011 e começo de 2012 das reuniões da Comissão de Novos Cursos de Pós-Graduação [CNPGE], criada na gestão do Prof. Carlos Alberto Kamienski [pró-reitor de pós-

graduação entre 2010 e 2014]. A ideia era fomentar a criação de cursos de pós-graduação na UFABC, que era uma Universidade nova e tinha, portanto, poucos cursos desse tipo. Isso levou a administração a ter uma postura muito solícita nesse sentido, nos ajudando em relação ao APCN, dando informações que poderiam nos ajudar na estruturação do Programa, chegando mesmo a orientar nosso trabalho. A CNPG foi realmente muito importante, e funcionou durante o processo de mudança da Reitoria, que em 2014 passou ao Prof. Klaus Capelle [Reitor da UFABC entre 2014 e 2018].

No entanto, devo dizer algo sobre a Coordenação de área da CAPES. Ainda que houvesse resistência por parte da área, acredito que devemos agradecer muito os Coordenadores da CAPES à época, o Prof. Danilo Marcondes [PUC-Rio] e o Prof. João Carlos Sales [UFBA], que vieram até a UFABC com financiamento da Pró-Reitoria de Pós-Graduação [PROPG] e conversaram muito conosco, nos aconselharam, tendo sido muito solícitos. Lembro que foi importante a visita de ambos, pois o João Carlos veio em 2013 e conheceu apenas o Campus Santo André, mas o Danilo nos visitou em 2014, quando já estava pronto o Campus São Bernardo do Campo, o que certamente foi relevante, pois ele conheceu onde efetivamente ficariam os cursos de graduação e pós-graduação em filosofia.

LZ: De fato, é importante ressaltar esse lado político da criação

de um Programa de pós-graduação, em especial na área de filosofia, a qual possui uma tradição muito grande e acredita na necessidade de amadurecer melhor os projetos antes de aprová-los. Tendo isso em vista, foram fundamentais as nossas presenças em diversos grupos, em congressos e no encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia (ANPOF). As conversas com os Coordenadores que o Fernando mencionou, mas também com pessoas que nos aconselharam de diferentes formas, como o Prof. Marcelo Carvalho [UNIFESP/UFABC] e o Prof. Vinicius de Figueiredo [UFPR/UFABC], foram essenciais também no processo de elaboração e aprovação do APCN para o Mestrado, já em 2014, mas também, e em especial, para o Doutorado, em 2019.

FCM: Sim e nesse processo de avaliação há uma tradição, que inclusive se repetiu, como vamos falar mais adiante, com o Doutorado, que foi a princípio negado em 2018 e, depois, aprovado.

RFIM: *Sobre a criação do Mestrado e do Doutorado, vocês poderiam nos contar como foi o momento em que receberam as notícias de aprovação e procederam com a efetivação de ambos os cursos?*

FCM: Em 2014, o APCN foi aprovado e, salvo engano, a notícia da aprovação chegou por e-mail para mim no dia 24 de dezembro de 2014. Lembro que chegamos a brincar que se tratava de um

presente de Natal! [risos] Assim, em 2015 começaria efetivamente o Mestrado. Após o retorno do recesso, no final de janeiro, nos reunimos para montar o processo seletivo, que queríamos que ocorresse ainda no primeiro quadrimestre para receber os ingressantes já no segundo quadrimestre, o que não ocorreu, pois havia pouco tempo e, após uma série de discussões sobre o regimento interno, pudemos elaborar o processo seletivo para que ocorresse no segundo quadrimestre, com ingresso no terceiro.

Naquele momento eu me tornei o primeiro coordenador do PPG-FIL, tendo a Luciana de vice-coordenadora, e o mandato era de fevereiro de 2015 a fevereiro de 2017. Se não me engano, a primeira Comissão de Seleção foi composta pelo Prof. Daniel Pansarelli, a Prof^a. Marília Pisani e a Luciana, mas eu, como Coordenador, permaneci na retaguarda para ajudar em qualquer questão. Foram aprovados 17 ingressantes nessa primeira turma e o processo seletivo começou a ser recorrente, todos os anos desde 2015. No entanto, mais adiante, eu tive de sair da coordenação e a Luciana precisou assumir a posição.

Em Agosto de 2016, o Prof. Klaus Capelle me convidou para assumir a PROAP [Pró-reitoria de Assuntos Comunitários e Políticas Afirmativas], e, então, a Luciana tornou-se a Coordenadora durante os últimos seis meses do mandato e posteriormente acabou reconduzida para ficar mais dois anos, até 2019.

LZ: Exatamente! E mesmo com essa transição e em outro cargo, Fernando continuou nos acompanhando e ajudando de perto. Na minha recondução ao cargo, acabei chamando a Prof^a. Cristiane Negreiros para a vice-coordenação. Chamei-a porque a considero uma pesquisadora de ponta e, portanto, considerava-a ideal para estar ao meu lado nesse momento, por volta de 2017. Posteriormente, por motivos pessoais, ela precisou se afastar e, como em 2018 o Fernando estava saindo da PROAP e se tornando Coordenador da Editora da UFABC, ele pôde assumir a vice-coordenação.

Foi neste momento em 2017, já com a terceira turma por ingressar no Mestrado, que começamos a pensar no Doutorado, algo que precisava ser feito com cuidado, pois era necessário um grupo menor de professores, sendo o grande desafio decidir quem seriam os professores que fariam parte da proposta e qual a "cara" que gostaríamos de dar para esse Doutorado, se seriam as mesmas disciplinas do Mestrado, quais especificidades estariam envolvidas no ingresso e outros tópicos.

Evidentemente, como sempre, essas questões foram discutidas e decididas democraticamente, com a participação de todas e todos. No entanto, a contribuição que o Prof. Marcelo Carvalho nos deu na elaboração da proposta de Doutorado deve ser reconhecida, pois além dele possuir um carinho enorme pelo Programa e ser morador da região do ABC, desejando apoiar nossas atividades,

ele veio a se somar ao grupo, não apenas apoiando no quesito de produtividade, mas também e principalmente por ser ex-presidente da ANPOF, conhecer as pessoas na CAPES, sendo politicamente importante a sua presença no Programa, além de ter uma vasta experiência em geral.

Superadas as dificuldades de elaboração da proposta (lembro-me de passarmos por várias reuniões longas, de 4 ou 5 horas, em que discutimos ponto a ponto do APCN), chegamos em uma elaboração muito boa [em 2018], em que fechamos o primeiro grupo de professores que participaria e enviamos a proposta para a CAPES. No entanto, para minha surpresa (pois eu estava otimista), o resultado foi negativo. Começaram a apontar coisas que para mim e para o Fernando não faziam sentido, coisas que nem estavam direito no APCN ou que contradiziam as orientações da própria CAPES, como a presença de docentes que não estavam exclusivamente no PPG-FIL.

O principal problema, no entanto, do ponto de vista da avaliação, era que o Programa ainda possuía a nota 3 na CAPES², pois havia sido criado muito recentemente e não poderia ter sido avaliado ainda. Mas o que mais nos preocupava é que para a CAPES

² As notas servem para classificar os PPG's de todas as áreas na CAPES, indo de 3 (mais baixa) até 7 (mais alta), e são utilizados uma série de critérios, que em geral mudam a cada avaliação. Programas recém-abertos recebem a nota mínima (3) até serem avaliados no processo quadrienal, quando podem, normalmente, subir de nota. A nota mínima, naquele contexto, para que a CAPES aceite a abertura do curso de Doutorado, era 4. [N. E.]

isso não poderia ser retificado antes de 2021! Isso era ruim, pois a produção do PPG-FIL já era igual e até mesmo superior à de outros Programas, os quais eram nota 4! Assim, nós recorremos e nessa fase de recurso indicamos que o Programa não havia sido efetivamente avaliado e que, se assim o fosse, deveria ser considerado nota 4. No entanto, a então diretoria da CAPES à época foi extremamente relutante em compreender a situação específica do Programa e, com isso, foi novamente negada a criação do Doutorado, utilizando os mesmos argumentos de antes.

FCM: Apenas um complemento sobre isso. De início, a área [de filosofia] havia negado a proposta, mas, com o recurso, a área aceitou e, somente então, a diretoria da CAPES, através do CTC [Conselho Técnico-científico], não acatou nosso recurso, impedindo a abertura do Doutorado com base nos mesmos argumentos de antes.

LZ: Boa lembrança Fernando, pois isso mostrou já na época como a área nos via como um Programa forte e estabelecido e que apesar de ser um Programa jovem e contar com alguns professores em outros programas, isso era positivo e se refletia numa produção em ascensão. Resolvemos, com isso, preparar uma nova proposta a ser enviada posteriormente.

Nesse momento, inclusive, passei a Coordenação para a Prof^a.

Nathalie Bressiani, que incorporou todas as objeções feitas anteriormente no próprio documento, mostrando como elas não procediam. Levando isso em consideração e indo um pouco além, no entanto, fizemos duas modificações centrais no APCN: alguns professores com baixa produtividade saíram da proposta e outros, com mais produções, ingressaram, o que foi importante para ampliar nossas chances de criar o Doutorado.

Somente no final de 2019, como que de surpresa, foi aprovada a proposta na área e no CTC, que o fez com unanimidade. Apesar do período turbulento pelo qual já passava o país naqueles tempos, foi com enorme surpresa e alegria que conseguimos ser aprovados, após o trabalho da Nathalie, que conseguiu, portanto, dar continuidade e efetivar o que havíamos feito antes.

RFIM: *Tendo em vista esse contexto de formação do Programa, como vocês veem a diversidade das pesquisas, ainda no início das discussões de criação do PPG-FIL?*

LZ: Olhando retrospectivamente para essa época, eu vejo um ponto, inclusive teórico, importante de ressaltar, um elemento quase intrínseco à filosofia que nós encontrávamos muito presente nesse momento: existiam muitas filosofias e pessoas com as mais diferentes formações nesse grupo de professores e, portanto, havia posições conflituosas. Por isso, sempre há uma tensão entre posições mais ousadas e outras mais acanhadas,

isto é, desde o início houveram variadas considerações sobre questões metodológicas, historiográficas e temáticas, e todas estavam presentes na criação do Programa.

FCM: Realmente, havia desde o início uma grande heterogeneidade entre as pessoas que trabalhavam no Programa.

LZ: Isso! Uma heterogeneidade muito significativa, diferente de outros Programas e grupos que eu conhecia, tendo sido o mais difícil, para mim ao menos, aprender a lidar com as diferentes pessoas, em especial nos momentos em que eu era coordenadora do Programa. Tive de aprender a ter “jogo de cintura” para juntar os grupos, sendo isso algo muito importante, um aprendizado que tirei do convívio com o Prof. Fernando, com o Prof. Marcelo Carvalho e com o Prof. Daniel Pansarelli, que, de diferentes maneiras, me ensinaram muito nesse sentido.

E eu acho que essa questão é importante até hoje, já com o Doutorado, pois essa heterogeneidade gigantesca se repercute nas dissertações, nos artigos, nas produções em geral. Existem, por um lado, preocupações mais ligadas à história da filosofia, mas, por outro, também somos muito procurados hoje para atender temas de cunho contemporâneo, seja na epistemologia, seja na ética. O que importa, no entanto, é que temos uma heterogeneidade muito grande nas abordagens e posições, o que tornou as coisas um tanto desafiadoras para mim e para o

Fernando, desde o início.

RFIM: *Com relação à procura pelo Programa: como foram os processos seletivos, segundo as impressões de vocês, e como eles ajudaram na composição do perfil discente no Programa?*

LZ: O que me chamava a atenção é que, desde o início, nós tivemos uma procura muito grande e eu acho, até hoje, que nesse sentido há uma diferença entre os cursos de graduação e de pós-graduação. Não entendo muito bem por que os nossos cursos de graduação não são tão procurados e eu diria até, menos valorizados, do que a pós-graduação. Nós tivemos procura de 60, 70 e até 90 candidatos por processo de Mestrado, algo muito distinto do que ocorre na graduação, em que os cursos são menos frequentados.

Eu atribuo essa procura da pós-graduação a duas razões: a) à localização estratégica da UFABC, que está próxima a São Paulo, próxima da Baixada Santista, mas em especial no ABC paulista, regiões que possuem demanda por esse tipo de curso; b) por conta do corpo docente, que além de jovem, está desde o início inserido nos principais grupos de pesquisa do país, possuindo muitos contatos em diversos âmbitos da área de filosofia.

Agora, o estranho é que a graduação não recebe um público tão grande e essa questão sempre fica para mim: por quê? Será que

isso ocorre pela história da criação dos cursos de filosofia na UFABC, que de início eram mais vinculados à filosofia da ciência e apenas depois os professores das diferentes áreas começaram a reivindicar a autonomia de suas áreas? Para mim, ainda há alguma coisa que não fecha nessa história. Eu acho, inclusive, que nós professores, que nos engajamos na solidificação do Programa, precisamos nos voltar um pouco para a graduação e fazer um trabalho nesse sentido no Bacharelado e na Licenciatura, tentando entender o que ocorre.

FCM: Concordo com a Luciana em ambos os pontos. Nas solicitações para abrir os cursos, nós já fazíamos uma estimativa nesse sentido, vendo como, apesar de existirem pelo menos três grandes programas de pós-graduação em filosofia na Grande São Paulo, a UFABC está na região do ABC em que não havia nenhum Programa e estamos próximos da Baixada Santista, em que também não há nenhum, sendo 2 milhões e meio de habitantes no ABC e 2 milhões na Baixada Santista, nos colocando em condições de atender uma população de pelo menos 4 milhões e meio de pessoas, fora as Zonas Leste e Sul de São Paulo, que também são próximas ao ABC.

Em relação a essa diferença com a graduação, inclusive, penso que é relevante tratar da questão da presença feminina na filosofia da UFABC. Até onde eu sei, nós éramos, até pouco tempo atrás, o Programa com mais docentes mulheres e o com menos discentes

mulheres no Brasil, uma situação muito paradoxal e que, acredito, está relacionada com a nossa forma de lidar com a graduação.

Nesse sentido, é importante ressaltar também que a própria graduação passa por um processo um tanto paradoxal, pois de um lado temos a formação interdisciplinar na graduação, que é muito boa e útil para qualquer estudante de filosofia, pois, se ele sai do Ensino Médio e faz um curso de filosofia como o da Universidade de São Paulo, por exemplo, ele será provavelmente um aluno que conhece muito pouco da “realidade”, pois tem muito mais chance de ser só um estudante de história da filosofia.

A formação interdisciplinar abre muito mais a cabeça do estudante, tanto que é muito comum, entre estudantes de filosofia, encontrarmos pessoas que vieram ou estão indo para outras graduações. Nós mesmos somos exemplos disso: a Luciana fez química e eu fiz direito antes de irmos para a filosofia. A formação “pura” em filosofia parece possuir certo déficit em termos de conhecimento de outras áreas do saber, algo que a UFABC e o BCH ajudam a diminuir muito.

Por outro lado, esse elemento faz com que tenhamos uma nota de corte maior na nota do ENEM [Exame Nacional do Ensino Médio] e que torna, pela minha impressão, a dificuldade de entrar na filosofia da UFABC maior do que de entrar na filosofia de outras universidades mais tradicionais. Por isso, o que ocorre

é que, em turmas de ingressantes no BCH [Bacharelado em Ciências e Humanidades], nas turmas de Temas e Problemas em Filosofia que eu ministro, por exemplo, a grande maioria dos alunos entra pensando em fazer o Bacharelado em Relações Internacionais ou o Bacharelado em Ciências Econômicas, alguns o Bacharelado em Políticas Públicas e o Bacharelado em Planejamento Territorial e uma minoria entra com a intenção de cursar os cursos de Filosofia.

A própria forma de organização do ingresso na formação interdisciplinar leva os estudantes a preferirem outros cursos que não a filosofia, o que gera este cenário que temos hoje. Essas são, portanto, algumas questões muito importantes, e devem nos levar a pensar (o que ninguém fez ainda, a meu ver) estratégias para atrair esses alunos ingressantes que por princípio não pretendiam cursar filosofia, o que será certamente um desafio sério.

RFIM: *Para encerrar esta parte histórica, queríamos saber quais são os desafios e perspectivas hoje, 2020, tendo em vista os contextos político e social, isto é: como vocês veem a área e os desafios que estão postos?*

LZ: Esse último ano, um tanto turbulento, foi um ano em que eu e Fernando nos reaproximamos da Prof^a. Nathalie, apoiando a coordenação e assumindo um papel ao lado dela para enfrentar

as dificuldades de um período tão atípico. Mas, paradoxalmente, acho que foi um ano que nos trouxe uma série de felicidades, como retomar os eventos regulares, com uma programação mais sistematizada de atividades; a Revista, uma ideia que eu havia germinado e que a Nathalie efetivou, agora surgindo com esse nome maravilhoso [risos] e com ótimos alunos que vieram para realizar esse projeto.

Não me entendam mal, sem dúvida esse ano foi meio “parado” em relação aos anteriores, pois o Brasil e o mundo pararam, quase não há dinheiro ou mesmo condições sanitárias para viajar, ir a congressos e eventos. Ainda assim, eu sinto que chegamos a um momento de consolidação, de estabelecer uma base sólida e começar a criar raízes, um momento em que cada vez mais nós professores estamos sendo chamados para mais eventos, entrevistas e publicações; institucionalmente também, com o primeiro processo de Doutorado e o que indiquei antes, como também de aperfeiçoamento pessoal de cada um, pois vários professores estão em um momento ascendente em suas carreiras, pelo menos como eu percebo.

No entanto, do ponto de vista da área de filosofia e das humanidades em geral, eu acho importante dizer mais algumas coisas. Recentemente, a Prof^a. Nathalie me pediu para representar o Programa em uma reunião com a Coordenação de área da CAPES. Olha, foi horrível para mim, por algumas razões. Eu me

considero uma pessoa otimista, alto astral etc, mas foi horrível, pois a impressão que eu tive é que qualquer aspecto qualitativo [da avaliação] será abandonado.

A partir dos próximos meses nós seremos avaliados por índices e parâmetros quantitativos, ou seja, utilizarão um puro construto, uma ficção puramente métrica, que não reflete a qualidade dos textos. Isso, do ponto de vista da área de filosofia, é muito triste, mas para mim, o mais triste no fundo é descobrir as causas disso. Eu já sabia que o atual governo é uma administração que não valoriza as humanidades e muito menos a filosofia e a sociologia, o que não é nada de novo; o que eu descobri nessa reunião e que me deixou muito mal — pode ser que por ignorância minha —, é que profissionais e pesquisadores das áreas de ciências exatas e ciências biológicas estão dando apoio para esse tipo de perspectiva em que, no limite, as humanidades ficarão sujeitas aos critérios das ciências exatas, que são externos e estranhos à filosofia. Isso ocorre assim: haverá o mesmo critério para que eu, como química, física, engenheira, advogada ou filósofa seja avaliada da mesmíssima maneira, mas quem guia e dirige o critério são as ciências exatas e as ciências biológicas, e seus representantes estão felizes com isso, não estão “nem aí” com o que está acontecendo com as grandes áreas das humanidades! Então, o que me deixou surpresa e eu não sabia, é que pesquisadores de ponta estão simplesmente desconstruindo ou dando apoio para a desconstrução das humanidades por dentro!

Essa reunião deixou isso muito claro para mim: professores como eu, associados, titulares, que, apesar de suas posições, enxergam as humanidades dessa forma.

Eu saí dessa reunião com a impressão de que nós estamos voltando para o positivismo mais nu e cru! Eu sinto que estamos voltando para quando Comte queria deixar a filosofia como mero instrumento, uma mera ferramenta sistematizadora e, nessa concepção, apenas as ciências naturais, exatas e biológicas é que tinham verdadeiro valor. Atualmente, até por ter participado dessa reunião recentemente, estou com muita tristeza e acho que hoje precisamos sobreviver. Se nós conseguirmos sobreviver, mantendo o Mestrado e o Doutorado vivos, já estará excelente!

FCM: Quando vocês fizeram a pergunta, pensei em dizer o seguinte: olha, desafios e perspectivas em uma palavra? Sobreviver. Isso que a Luciana falou ao final é exatamente o que precisamos fazer.

Mas comentando ainda um pouco mais essa questão, eu acho que devemos nos lembrar do velho Kant e, inspirados nele, poderíamos chamar essa situação de “conflito das faculdades”, pois a gente vive esse conflito inclusive internamente à UFABC. Na época da última eleição para Reitor [2018], por exemplo, um professor respeitado na UFABC escreveu um e-mail defendendo um dos candidatos falando mais ou menos o seguinte: “Eu

avisei que esse negócio de criar a área de humanidades ia dar problema!", e muitas pessoas nas áreas de ciências naturais e exatas concordaram, pois possuem desprezo pelas ciências humanas e isso vem se espalhando na sociedade brasileira em geral. Eu me lembro, por exemplo, quando o ex-governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin [2001-2006 e 2011-2018] falou sobre a FAPESP [Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo] algo como: "Vocês fazem muita pesquisa em ciências humanas, para quê fazer isso?" .

No entanto, essa visão, que já era comum na política e na sociedade, se radicalizou e espalhou mais ainda, sendo que quando o atual governo federal e o congresso foram eleitos em 2018, isso foi elevado a um desastre, no sentido de levar ao poder justamente essa visão de mundo que possui verdadeiro desprezo pelas ciências humanas, pela sabedoria, pelos direitos humanos. Naquele momento ficou claro para onde o Brasil estava indo, na minha opinião. Então, nada desse posicionamento é surpresa, pois em nenhum momento eu acreditei, como vários conhecidos meus, que seria possível "controlar" o presidente ou algo assim. Não, definitivamente, o desastre está feito e nada indica que será desfeito em breve, pois ele é favorito à reeleição em 2022.

E é um fato: uma das coisas que mais me desapontam é perceber quem são as pessoas que favorecem esse movimento, pessoas que a princípio esperávamos jamais fazer isso, seja no seu voto,

seja no apoio a projetos como esse da avaliação das produções, que prejudicam de maneira clara e evidente as ciências humanas, mesmo no interior da comunidade científica.

LZ: Exato. E, nesse sentido, eu concordo com a avaliação do Prof. Marcos Nobre [UNICAMP] no seu último livro: o atual governo está conseguindo destruir as humanidades por dentro e isso é sinal de que o atual presidente não é louco ou algo assim, mas sim muito consciente, ele sabe efetivamente o que quer nesse aspecto.

Estão conseguindo destruir as humanidades por dentro e talvez o direito consiga se salvar, não sei, mas da filosofia, da história, da geografia, da sociologia e das demais humanidades eu não sei o que vai sobrar. Então, para resumir, a resposta é: as perspectivas não são favoráveis, infelizmente. Mas se trata de sobreviver e eu vejo inclusive a RFIM como um instrumento de sobrevivência, de “preservação da existência”, para usar o conceito espinosano, pois se a gente conseguir isso, mais à frente talvez a gente consiga sair do conatus e ir para a vontade de potência [risos] e nos afirmar.

RFIM: *Em 2015 o Prof. Fernando deu uma entrevista para a ANPOF comentando as expectativas do Programa que acabava de abrir e nela dizia: “Outro diferencial almejado pelo programa diz respeito à valorização de uma reflexão que, apoiada no estudo sistemático da*

História da Filosofia (procurando seguir a boa tradição da filosofia acadêmica no Brasil), tenha seus olhos voltados para o presente e os problemas suscitados pela contemporaneidade. Assim, a ideia é conjugar a tradição do rigor na exegese dos textos clássicos com a capacidade de inovação no diálogo com outras áreas do saber e na perspectiva contemporânea.” (ver Anexo). Tais expectativas consolidaram-se? Gostaríamos que vocês comentassem um pouco mais sobre isso.

LZ: Como indiquei antes, eu acredito que há uma maior inquietude e necessidade dos alunos de, nas pesquisas, optarem por temas contemporâneos, em detrimento dos temas e pesquisas clássicas. Eu concordo plenamente com o que está dito nessa citação e minha impressão, é que, primeiramente, assumir um trabalho rigoroso e exaustivo de compreensão e interpretação da tradição filosófica é central na apropriação que pode ser feita, na tentativa de apreensão dos nossos problemas contemporâneos.

FCM: Concordo com a Luciana. Temos que garantir que todas as pesquisas estejam dentro de certo padrão alto de qualidade e levar em conta, além dos alunos, a produção e pesquisa dos docentes. Eu tenho a impressão de que nós, enquanto docentes, temos nos esforçado para tentar pensar o contemporâneo a partir do nosso repertório sólido de história da filosofia, como o próprio trabalho da Luciana é um exemplo, nas intervenções e pesquisas que vem fazendo na filosofia da ciência e temas correlatos.

Já sobre a heterogeneidade das pesquisas de nosso Programa e sobre a questão de pensar o contemporâneo: a UFABC parece nos fornecer um perfil de alunos mais voltado para questões contemporâneas e, portanto, um aluno que queira fazer uma pesquisa rigorosa dos "clássicos", seja da filosofia antiga, da medieval ou da moderna, ainda que tenha espaço para trabalhar conosco, talvez seja mais provável que ele ou ela acabe procurando outro programa e outras universidades.

Isso poderia, para muitos, até parecer ruim de início, mas precisamos exigir um padrão de qualidade dos alunos que desejam pesquisar questões contemporâneas. Como a Luciana descreveu corretamente, isso deve ser feito tal qual o padrão que se exige em um trabalho mais tradicional e, ao mesmo tempo, essas pessoas podem se sentir mais "em casa" na UFABC, tendo liberdade para pesquisar temas contemporâneos de maneira rigorosa, o que confere um perfil para o Programa, tendo em vista que não podemos também abarcar todas as possibilidades.

Eu acredito que diferentes Programas estão adquirindo perfis diferentes, especificidades de pesquisa, e o nosso perfil vai nessa direção, de modo que, é claro, não podemos descuidar do aspecto da qualidade, mas devemos encontrar formas de atrair alunos que gostariam de fazer pós-graduação com a gente.

LZ: Quero fazer um complemento à minha resposta anterior. Diferente de pessoas que consideram a noção de interdisciplinaridade como algo “muito vago”, eu vejo que um dos frutos da UFABC são trabalhos que apresentam rigor, ainda que sejam mais abrangentes, e acredito que a gente consegue fazer isso muito bem. Mesmo quando o grosso do trabalho é ir à história da filosofia, acredito que esses elementos aparecem, ainda que apenas em reflexões nas considerações finais das dissertações ou em publicações e desdobramentos posteriores. Eu sinto que os nossos alunos têm essa capacidade um pouco mais abrangente e assino em baixo do que disse o Fernando, acho que essa ideia presente na citação de alguma maneira está sendo construída sim e acho que essa é a cara do nosso Programa.

FCM: De fato, isso é bem interessante, pois eu não me lembrava dessa entrevista, mas, sendo uma entrevista de 2015 [03 de janeiro], quando a respondi eu não tinha a exata noção de como ela se refletiria posteriormente. Eu concordo com a Luciana, acho que com vagar, como deve ser, a gente está caminhando nessa direção.

Anexo

Reprodução integral da Entrevista da ANPOF com o Prof. Fernando Costa Mattos sobre a abertura do PPGFIL-UFABC³.

"A UFABC teve seu Programa de Mestrado em Filosofia recentemente aprovado pela CAPES. O Prof. Fernando Mattos, Coordenador do Programa, respondeu a questões da ANPOF sobre as perspectivas e as atividades do Mestrado."

ANPOF - Quais as linhas de pesquisa do Programa e o que você diria que define a sua identidade?

Fernando Costa Mattos - O programa tem a Filosofia como área de concentração, e se divide em duas linhas: Teoria do Conhecimento; Ética e Filosofia Política. Tendo em vista o caráter interdisciplinar do Projeto Pedagógico da UFABC, cujos cursos de graduação são estruturados a partir de Bacharelados Interdisciplinares, entendemos que um dos diferenciais do nosso programa poderá ser o diálogo da Filosofia com outras áreas do saber. A linha de Teoria do Conhecimento poderá conversar com as ciências naturais, por exemplo, e a linha de Ética e Filosofia Política com as ciências sociais aplicadas.

³ Disponível em: <https://www.anpof.org/comunicacoes/entrevistas/entrevista-com-fernando-mattos-sobre-mestrado-da-ufabc>

Outro diferencial almejado pelo programa diz respeito à valorização de uma reflexão que, apoiada no estudo sistemático da História da Filosofia (procurando seguir a boa tradição da filosofia acadêmica no Brasil), tenha seus olhos voltados para o presente e os problemas suscitados pela contemporaneidade. Assim, a ideia é conjugar a tradição do rigor na exegese dos textos clássicos com a capacidade de inovação no diálogo com outras áreas do saber e na perspectiva contemporânea.

ANPOF - Quais as expectativas do Programa em relação ao perfil e origem dos estudantes que o procurarão?

Fernando Costa Mattos - Acreditamos que uma boa parte dos estudantes interessados em fazer a pós-graduação em filosofia da UFABC será constituída por alunos formados no nosso Bacharelado em Filosofia ou, eventualmente, em outro Bacharelado da área de Humanas (a partir do mesmo curso de base comum, o Bacharelado em Ciências e Humanidades). Mas outra parte substantiva desses estudantes - alguns dos quais nos têm procurado para obter informações - poderá vir de outras universidades do ABC, como a Universidade Metodista de São Paulo (que tem graduação em Filosofia) e a Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo, ou mesmo de outras universidades da Grande São Paulo, como USP, PUC, UNIFESP etc. A ideia é fazer um processo seletivo rigoroso, que avalie a capacidade de análise e elaboração de textos filosóficos, mas

que respeite a eventual diversidade na formação de base, de modo a favorecer a referida perspectiva interdisciplinar.

ANPOF - Como você vê o papel a ser desempenhado pela Pós-Graduação em Filosofia da UFABC no contexto da consolidação da área no país e, em particular, em São Paulo?

Fernando Costa Mattos - Acreditamos que o PPG-FIL da UFABC tem um papel importante no sentido de consolidar o processo de formação de pesquisadores em Filosofia, que vem sendo desenvolvido por tantos outros programas ao longo das últimas décadas, e, para tal, pretendemos lançar mão das mesmas estratégias básicas no que diz respeito ao rigor do trabalho exegético e à elaboração de dissertações de qualidade. Mas entendemos que o trabalho filosófico no Brasil vem apontando para a necessidade de um maior diálogo entre nós, o que pode ser talvez conseguido com um estímulo à leitura da bibliografia produzida em solo brasileiro nessas últimas décadas. Isso faz parte do já mencionado esforço para voltar os olhos ao presente no estudo dos clássicos, que vem somar-se à interdisciplinaridade como possíveis diferenciais do nosso programa.



Instauratio Magna

Revista do Programa de Pós-Graduação
em Filosofia da Universidade Federal do ABC
v. 1, n. 1 (2021): Edição Inaugural

Entrevista

Prof^a. Dr^a. Suze Piza

Realizada por
**Izabela Loner Santana e
Pedro Casalotti Farhat***

Universidade Federal do ABC
São Bernardo do Campo (SP)

Entrevista sobre a interdisciplinaridade e função teórica e social da filosofia com a Prof^a. Dr^a. Suze de Oliveira Piza, conselheira da Revista de Filosofia Instauratio Magna, docente na UFABC do Bacharelado e da Licenciatura em Filosofia, do Bacharelado e da Licenciatura interdisciplinares em humanidades, dos Programas de Pós-Graduação em Filosofia e de Economia Política Mundial.

* Entrevista realizada no dia 23 de outubro de 2020 por Pedro Farhat e Izabela Loner, editor e editora responsáveis.

Revista de Filosofia Instauratio Magna [RFIM]: *O que é a interdisciplinaridade e como ela ocorre ou poderia ocorrer na filosofia?*

Suze Piza [SP]: Essa é uma pergunta importante, pois “interdisciplinaridade” é um conceito daqueles que parecem ter grande relevância prática, política e social para a produção do conhecimento, sendo muito presente nos discursos, mas, ao mesmo tempo, é problemático porque, no geral, não se sabe do que se está falando.

O discurso em torno da interdisciplinaridade surge pretendendo reagir e responder a um reducionismo de buscar produzir um conhecimento complexo a partir de perspectivas unilaterais. A unilateralidade disciplinar não levaria, assim, a nada, não conseguiríamos produzir conhecimento que garanta o mínimo de potencialidade para intervir, resolver problemas, diagnosticar, avaliar. Logo, quando pensamos interdisciplinaridade, estamos, de alguma maneira, tentando fugir dessa unilateralidade.

A maior dificuldade é o quanto conseguimos “subir” depois que “descemos” demais, pois o trabalho em um campo disciplinar é de aprofundamento e todas as áreas são assim. O problema é que temos uma grande prática de aprofundamento, algo de extrema importância para nossa produção, mas ao mesmo tempo deveríamos ter a habilidade de conseguir “subir” para nos

relacionarmos com os outros campos disciplinares.

Se formos pensar em uma definição para interdisciplinaridade, temos que pensar que ela é o mínimo de pluralidade epistêmica que necessitamos para produzirmos conhecimentos sobre o que quer que seja, ao mesmo tempo em que precisamos encontrar recursos metodológicos que sejam interdisciplinares. Parece-me que, quando estamos conversando, apresentando e compartilhando nossas teses e conclusões, até conseguimos estabelecer relações e diálogos interdisciplinares, mas, ao mesmo tempo, temos grandes dificuldades em produzir conhecimento de maneira interdisciplinar, porque aí quem produz na filosofia produz de um jeito, em uma ciência social aplicada produz-se de outra forma. A grande discussão está aí, no processo de produção.

A filosofia tem uma potência de relação com as outras áreas, ela é toda cheia de abertura. A interdisciplinaridade, quando não ocorre, é porque houve uma perversão da função original desse saber. E o nosso caso é ainda pior, pois além de não estabelecermos relações, ainda ficamos em aspectos, em partes e não no campo filosófico como um todo, vivemos uma sub-interdisciplinaridade. Então, o primeiro avanço seria ser disciplinar, estar dentro da filosofia, pois em geral nem ficamos nisso, mas dentro de períodos, áreas, autores e muitas vezes dentro de livros de autores, de forma que o escopo foi reduzindo cada vez mais. Em suma, o que digo é que a filosofia é interdisciplinar e, portanto, possui potência

de relação com todas as outras áreas, mas historicamente houve uma perversão que não permitiu que isso acontecesse.

Atualmente poucos trabalham de maneira interdisciplinar na filosofia, grande parte por acharem que isso vai enfraquecer o campo, uma discussão de cunho não só epistemológico, mas também político.

RFIM: *Na UFABC, nos diferentes contextos de graduação e pós-graduação, você acredita que está funcionando a proposta de interdisciplinaridade? Como isso poderia ser buscado, especialmente na pós-graduação?*

SP: Responderei a partir da perspectiva dos alunos e alunas que foram graduandos e graduandas da UFABC e depois foram para a pós-graduação. Se formos falar de quem só veio para a UFABC na pós-graduação, abriremos situações muito distintas.

Quem fez a formação inicial na UFABC, em geral entrando pelo BCH, pelo menos a maior parte, fez o bacharelado específico — não só na filosofia — e depois entrou no PPGFIL. Isso, até agora, posso dizer que funciona maravilhosamente bem e na maior parte dos casos, mas temos uma pequena amostra, dado o tempo de existência da universidade e do programa, além da pouca quantidade de alunos/alunas que fizeram esse percurso. Agora, por que deu certo? Pois as/os estudantes são muito

diferentes daqueles provenientes de outras formações, sendo, na minha perspectiva, uma diferença fundamental. Mesmo quando há uma escolha por um caminho mais ortodoxo e tradicional dentro da filosofia, ainda assim existe uma diferença muito grande em relação ao perfil de outros estudantes, porque tem algo que é fundamental em nossa formação na UFABC, que além de interdisciplinar, é não sequencial. Isso cria dificuldades de várias naturezas, mas forma outro tipo de pessoa que não passou pela linearidade inventada da história da filosofia. Mesmo que se busque a linearidade, se é violentado por palestras, convivências, eventos que rompem com isso.

No entanto, uma resposta que não tenho como dar é se isso funciona na produção filosófica concreta, pois acho que não temos como responder ainda. Eu diria que funciona ao ter como produto pessoas mais capazes de articular diagnósticos e intervenções na realidade, e isso é feito, muitas vezes, a partir de trabalhos acadêmicos filosóficos, mas acredito que precisamos de mais tempo para ver como isso se efetiva de fato para a filosofia.

Na pós-graduação, temos alunos que vieram de outros espaços e isso abre outra perspectiva. Eu tenho dúvidas se eles sentem essa interdisciplinaridade, se têm essa dimensão. Talvez fosse interessante interrogá-los quanto a isso. O que eu sei é que eles sentem muito — o que já é uma diferença significativa — que na UFABC são tratadas temáticas das mais diversas e abrangemos

áreas que não são tratadas em outros espaços e instituições, algo como uma noção global de filosofia, pelo atravessamento em diálogos, eventos, aulas.

A diferença está posta e ela é positiva, mas temos que operacionalizar isso de maneira que apresentemos um resultado filosófico distinto, uma produção filosófica distinta a partir disso.

RFIM: *Tendo em vista as linhas de pesquisa e a diversidade de projetos, qual a sua avaliação sobre a composição das pesquisas no PPGFIL? Quais os ganhos de haver uma maior heterogeneidade de pesquisas? Isso poderia ser um sinal de abertura para perspectivas interdisciplinares?*

SP: Por mais que tenha muita diversidade temática, os trabalhos se adequam às linhas de pesquisa, o que é muito bacana. Ter diversidade e ela não ferir a coerência das linhas é algo não só interessante, mas importante para um programa de pós-graduação. O que mostra uma organização bacana da concepção do programa.

Sobre a nossa heterogeneidade, por enquanto, acredito que ela se restrinja nas autoras(es) estudadas(os) e abordadas(os), assim como outros programas têm feito, então ainda estamos em torno de apenas trazer pessoas que até então não eram reconhecidas como referenciais filosóficos.

Em geral, quando o problema de pesquisa é muito distinto de tudo aquilo que estamos acostumados em filosofia, às vezes nem é filosofia e poderia ser feito em outro programa mesmo. A primeira questão é essa, você pode fazer um trabalho sobre qualquer tema em um programa de filosofia, desde que consiga mobilizar um referencial teórico filosófico ou que tenha filosofia, mas sem essa justificativa a partir do autor, muitas vezes nem é o lugar adequado a fazer. Nosso programa permite que a pessoa perceba isso no processo, com a orientação e outros espaços de formação.

O maior diferencial que percebo, para além disso, é a realização do dito, do mito fundador da filosofia na UFABC — que na graduação não se efetivou e que no PPGFIL parece estar se efetivando — que é o da produção de filosofia voltada aos problemas. Por mais específico que seja, de uma maneira ou de outra as pessoas estão se mexendo e lidando com isso, ao apresentarem e falarem de suas pesquisas, as/os discentes já vêm com um processo de problematização. E acho que isso tem mais a ver com a abertura que a filosofia na UFABC se permitiu do que com a interdisciplinaridade, pois não acredito que o mero cruzamento de temas ou autoras(es) seja interdisciplinaridade. Mesmo que se traga um problema ou tema reconhecidamente de outro campo, não se está dando nem mobilizando recursos epistêmicos e metodológicos de outras áreas ou que sejam atravessados por outras áreas. E embora não seja interdisciplinar,

acho que essa abertura é importante. É um primeiro passo, uma condição para ela.

RFIM: *Na descrição da RFIM, lemos algo que surge como um discurso comum no âmbito do PPGFIL: “prezar o rigor na análise dos textos junto à história da filosofia e nos manter abertos às questões contemporâneas e à interdisciplinaridade”. Como você considera a distinção (comumente feita) entre história da filosofia e produção de filosofia? Seria possível superar essa distinção ou ela é sempre necessária para determinar o que é filosofia? Qual o papel da interdisciplinaridade nesse cenário?*

SP: Primeiro, sobre prezar o rigor na análise dos textos: isso é pressuposto e não objetivo. Creio, inclusive, que o problema é terem transformado meio em fim na produção filosófica. Sobre a história da filosofia, acredito que ela — assim como a história do pensamento, das ideias e dos conceitos em geral — é a nossa matéria-prima segura. O que dispara um processo de produção filosófica é quando se é afetado por algo, mas isso não é matéria-prima segura, pelo contrário, geralmente se fica tão balançado com o que te atravessa que não se sabe o que fazer com aquilo além de ficar chocado, incomodado. A relação com a tradição, seja escrita ou oral, é a exigência por algo seguro, registrado de alguma forma para realizar o trabalho. Logo, não tem incompatibilidade entre o trabalho com a história da filosofia e a produção efetiva da filosofia. Não se cria futuro sem passado, colocar uma contra

a outra é um falso problema e um falso debate.

O problema está na maneira como nos relacionamos com a tradição e não nela própria; está na conduta subserviente ao texto e à tradição. Uma subserviência que não se restringe à filosofia e que está presente em todo o resto, uma subalternidade estruturada que temos com muitas supostas autoridades que não a merecem. O trato com a história da filosofia é processo, meio para que se produza algo. A filosofia se mostra melhor frente àquilo que não é filosofia, é aqui que está a questão da interdisciplinaridade. Pensar a filosofia na relação com o que ela não é, com sua diferença, para entender melhor o que ela é e seu papel na produção de conhecimento. O campo interdisciplinar é o lugar por excelência para isso. Testamos nossa capacidade filosófica não quando damos aulas para quem está interessado em estudar especificamente filosofia, mas quando temos que mobilizar todo nosso repertório, nossos argumentos, nossa capacidade de articulação, quando colocamos a filosofia no mundo, frente ao diferente dela. Desse ponto deriva que ela não pode ser ensimesmada, mas sempre em relação com outros saberes e com a vida, senão ela se fetichiza como se tivesse ela mesma uma função própria. Todas as áreas correm esse perigo, mas a interdisciplinaridade ajuda muito a evitar isso.

RFIM: *Dentro de uma perspectiva mais ampla sobre a formação em filosofia na UFABC (graduação e pós-graduação), para você, qual*

a importância dos Bacharelados e Licenciaturas interdisciplinares na formação em Filosofia? E em sentido inverso, como a Filosofia pode contribuir para as formações interdisciplinares?

SP: Acho que nós da filosofia contribuímos mais para as diversas áreas do que elas conosco, dado que não é o objetivo ou proposta delas. Não é objetivo de um Bacharelado interdisciplinar colaborar para uma formação em filosofia, mas talvez a grande contribuição deles para nós seja formar alunos e alunas que desde que entram na universidade não têm perspectivas unilaterais na produção de conhecimento. Deve-se sempre pensar e estudar a partir de relações e múltiplas determinações, e isso o Bacharelado interdisciplinar em Ciências e Humanidades consegue dar e é fundamental para a filosofia.

A contribuição da filosofia, por sua vez, não só atinge a produção acadêmica dos estudantes e suas respectivas áreas, mas é ampliada para toda a sociedade quando presente na formação de todos os graduandos e graduandas da UFABC, em suas mais diversas áreas, experiências e circulação, o que também garante para ela um espaço e uma função social para além da profissional-acadêmica.

RFIM: *Da sua perspectiva, qual poderia ser a contribuição das pesquisas em filosofia para a sociedade? Qual deve ser a função social da filosofia?*

SP: Começo por uma definição de ciência para então pensar qual é o papel da filosofia nisso: entendo ciência como uma atividade de resolução de problemas. Precisamos dar uma resposta contextualizada e urgente, e por isso começo com essa definição, não por ignorar as especificidades e tarefas próprias de cada campo, mas por achar que é momento de unir forças para respondermos problemas gerais e estruturais. Quem trabalha com ciência deve estar disposto a contribuir coletivamente com o a solução de problemas da sociedade de maneira geral com toda amplitude possível.

A filosofia, por sua vez, não vai resolver os problemas sozinha, tanto por não ter recursos quanto por não ter isso como objetivo. Tanto que defino a ciência como atividade de resolução de problemas e não a filosofia. Logo, nossa tarefa nesta missão social é verificar como podemos contribuir para isso. O que não quer dizer que a filosofia é serva da ciência. Os trabalhos são independentes, pois a ciência pode muitas vezes conseguir resolver os problemas, mas não tem a capacidade de diagnóstico que a filosofia possui e não se resolvem problemas sem bons diagnósticos. Esses não devem estar a serviço da ciência, se formos ver, nós já temos feito muito isso em toda a nossa história enquanto campo e disciplina. Outra coisa, se resolução de problemas é algo tão importante em nossa sociedade, principalmente no Brasil, devido à precariedade em que vivemos, só a resolução de problemas sem a criação

de formas de intervenção concretas não nos tira das situações desastrosas e perversas as quais estamos submetidos. A tarefa da filosofia está aí!

O ideal é conjugar os trabalhos, a produção comunitária de conhecimento, sempre respeitando os papéis e as funções de cada um, cabendo a nós o trabalho de conceituação e elaboração de categorias para diagnosticar e pensar em como intervir.

Repito que esta resposta é datada para o agora, é consequência da urgência que vivemos todos os dias. Assim, acredito também que se conseguíssemos colaborar na melhora, por mínima que fosse, da vida de nossa população, teríamos muitas outras coisas para fazer, nosso campo é muito potente. Se não estivéssemos tão precarizados, se não tivéssemos tarefas tão importantes e urgentes, poderíamos criar futuros, inventar o que ainda não tivemos tempo nem de pensar!



Instauratio Magna

Revista do Programa de Pós-Graduação
em Filosofia da Universidade Federal do ABC
v. 1, n. 1 (2021): Edição Inaugural

Entrevista

Prof. Dr. Daniel Pansarelli

Realizada por
**Izabela Loner Santana e
Pedro Casalotti Farhat***

Universidade Federal do ABC
São Bernardo do Campo (SP)

Entrevista sobre a Filosofia no ABC paulista e na UFABC com o Prof. Dr. Daniel Pansarelli, conselheiro da Revista de Filosofia *Instauratio Magna*, docente na UFABC do Bacharelado e da Licenciatura em Filosofia, do Bacharelado e da Licenciatura interdisciplinares em humanidades e do Programa de Pós-Graduação em Filosofia. Além disso atua como chefe de gabinete da reitoria da UFABC e coordena o GT de Filosofia da Libertação, Latino-americana e Africana da ANPOF.

* Entrevista realizada no dia 19 de outubro de 2020 por Pedro Farhat e Izabela Loner, editor e editora responsáveis.

Revista de Filosofia Instauratio Magna [RFIM]: *Você poderia reconstruir, ainda que brevemente, a história da filosofia no ABC paulista, região em que se encontra a Universidade Federal do ABC (UFABC)?*

Daniel Pansarelli [DP]: Para isso, acredito que precisaríamos investigar se a presença da filosofia na região que depois se tornou o ABC paulista não teria começado com José de Anchieta. Acho muito provável que haja algo histórico a ser investigado, já que ele fazia esse trânsito entre a antiga Vila de São Paulo e a região de Itanhaém. Superado esse passado distante, eu remontaria o início da presença formal ou institucional da filosofia no grande ABC a cursos que não de filosofia propriamente, como, por exemplo, na Universidade de São Caetano do Sul (USCS), antigo Instituto Municipal de Ensino Superior de São Caetano do Sul (IMES), com seu curso de ciências sociais, e, na Fundação Santo André (FSA), os cursos de ciências sociais, história, geografia e pedagogia, que apresentavam uma forte carga de filosofia. Esses cursos remontam aos anos 1970, momento em que não se tinha uma oferta de ensino superior tão significativa e democratizada quanto hoje. Por isso, na época, era muito comum que pessoas interessadas em determinadas áreas fossem para cursos correlatos ou mais próximos de seus interesses e que, por tais motivos, ocupavam o cenário filosófico no ABC.

Paralelo a isso, eu citaria ainda a presença nos seminários

religiosos, como o Seminário Católico de Santo André, a Universidade Metodista (UMESP) com sua faculdade de teologia — a qual, por muito tempo, formou todos os pastores e líderes religiosos das igrejas metodistas brasileiras — e sua Pós-graduação em Ciências da Religião, todos com presença significativa da filosofia em suas formações e currículos.

Até onde sei, será a própria UMESP a abrir o primeiro curso de filosofia propriamente, em meados de 1995-1996, mais ou menos. Eu não saberia dizer se houve algum curso de filosofia pontual, menos expressivo, mas, se teve, não foi um curso que gerou uma escola, digamos, não teve uma consequência de anos e anos de formação de modo que pudesse espalhar professores pelas redes de ensino da região, bem como na própria área da filosofia. Acho que essa lacuna, que foi sendo preenchida por áreas próximas, por cursos com alta carga teórica e filosófica, tem a ver com o fato de na região ser tardio o surgimento de uma universidade pública. A filosofia não é uma área com demanda mercantil significativa e, mesmo no grande ABC, região bem servida de instituições de ensino superior, é difícil de esperar que em cursos particulares de faculdades menores houvesse interesse em se criar um curso de filosofia. Esse cenário se modifica com o surgimento da área de humanidades na UFABC, em meados de 2010, principalmente pela natureza pública e gratuita da instituição, que possibilita maiores condições de pesquisa, extensão e atividades de ensino em cursos de menor

demanda. Enquanto isso, simultaneamente, ocorre a emergência e o avanço predatório de instituições de educação particulares mercantis, o que gera desequilíbrio nas contas das instituições híbridas e tradicionais, já que exige que elas tenham que disputar mercado, número de alunos, baratear cursos, o que leva a uma desaceleração do crescimento e diminuição, por parte delas, do campo das humanidades e da filosofia, principalmente.

Esse cenário mostra uma transição do papel de principal polo de produção e manutenção da filosofia na região, que passa das instituições híbridas tradicionais à UFABC. Papel esse que só tem se consolidado em conjunto dos cursos de graduação interdisciplinares e do PPGFIL-UFABC, principalmente, como primeira pós-graduação *stricto sensu* em filosofia na região, o que mostra um protagonismo e uma solidez não só no campo da filosofia, mas que tem também reflexos na produção e disseminação filosófica na região.

RFIM: *Como você vê o encerramento das atividades de cursos de graduação de instituições históricas para a região, como a UMESP e a FSA?*

DP: Vejo com tristeza e preocupação, pois creio que enquanto tivermos nossos interlocutores mais próximos presentes na região, como os cursos de filosofia de outras instituições ou até mesmo seus cursos de humanidades, teremos mais benefícios

para nossa produção filosófica na UFABC, para a própria região e para o cenário filosófico nacional que compomos. Cada vez que diminui a atividade em um curso de filosofia ou de humanidades na região, todos nós perdemos, pois a cooperação, o intercâmbio e o estímulo que existem no diálogo, nos provocam.

RFIM: *Como você percebe a presença (ou ausência) da filosofia na região do grande ABC? Há algum sentido ou motivo para a ausência ter sido tão grande até agora, até as últimas décadas do século passado?*

DP: Não saberia responder comparativamente com outras macrorregiões paulistas se estamos atrasados ou não em questão de produção filosófica, salvo as macrorregiões que abrigam alguma universidade estadual. Já para fazer comparações nacionais, lembro que em 2002, 2003, estive no estado do Acre dando formação para professores, pois antes de qualquer legislação nacional, eles já haviam implementado a disciplina de filosofia no currículo do Ensino Médio, mas não havia nenhum curso superior de filosofia no estado, o que deve ter sido suprido depois, mas ilustra a dificuldade. Claro, estou comparando com uma realidade bem diferente, mas acredito que isso mostra que em nossa região não esteve mais ausente do que em outras, salvo as capitais que contavam com os principais campi das universidades públicas.

Outro ponto para pensarmos a questão da presença versus

ausência da filosofia na região é a força da Associação de Professores de Filosofia e Filósofos/as do Estado de São Paulo (APROFFESP), que no começo dos anos 2000 tinha no grande ABC um de seus núcleos mais estruturados e organizados, o que mostra a disseminação e presença da área no ensino básico e público. O fato de se formar professores de filosofia na região há quase 30 anos acaba disseminando uma presença, ainda que aquém do que gostaríamos e do protagonismo que a região do grande ABC conseguiu e consegue em outros setores da vida social brasileira. Por exemplo: a filosofia no grande ABC ainda está longe de ter a importância nacional em comparação com a contribuição que a região possui na constituição do PIB brasileiro e talvez mais ainda se pensarmos na presença do ABC na formação das lideranças de movimentos sociais no Brasil.

Claro, quando olhamos no que o ABC desponta, a filosofia tem muito pelo que se fazer presente, mas eu não chamaria de ausência. Pode ter ausência de uma escola filosófica característica do grande ABC, algo que nem sei se devemos ter ou querer!

RFIM: *Você mencionou que a filosofia possui muitos motivos para se fazer presente aqui. Qual o papel ou as funções que a filosofia ainda não cumpriu nesta localidade?*

DP: Acho que ainda não cumprimos nosso papel, pois se pensarmos na região do grande ABC e no papel que ela teve

na superação da ditadura militar, na formação de organizações populares e na sua presença ainda hoje em grande parte dos movimentos sociais organizados no Brasil, encontramos débitos e papéis não cumpridos pela comunidade filosófica. Isso, pois não produzimos no grande ABC, pelo menos não de maneira sistemática, organizada e orgânica, reflexões e práxis filosóficas que ajudem, sustentem, orientem e deem respaldo aos movimentos sociais e outras experiências em âmbitos culturais e sociais presentes no ABC. Isso ocorre, acredito, em parte, porque não nos deixamos orientar por esses movimentos, a nossa relação de troca com eles ainda é pequena.

Se existe no ABC um movimento sindical organizado o suficiente para elevar à Presidência da República um de seus líderes, ainda não tivemos uma provocação e uma produção filosófica que promova, provoque — no sentido de pró-vocação, de vocacionar, re-vocacionar — a presença desses movimentos.

Se, por um lado, nos fizemos presentes na educação básica com as licenciaturas, por outro ainda não cumprimos nosso papel de provocação filosófica aos movimentos organizados e à produção de políticas públicas, pois não vejo a filosofia se fazendo presente nos fóruns regionais e municipais de cultura e educação, onde ela poderia desempenhar um papel social. Há pessoas formadas em filosofia presentes lá, mas usualmente não atuam enquanto filósofos e filósofas, faltando contribuições dessa natureza.

RFIM: *Há, no seu modo de ver, alguma característica específica da filosofia feita no ABC paulista? Deveria haver tal característica ou não?*

DP: Acho que não deveria ter uma característica planejada, um direcionamento intencional ou alguém que se arrogue seu dono ou dona. Temos a alegria de não termos uma autoridade a qual todos e todas devemos nos subordinar. Isso é fantástico. Mas há demandas da sociedade às quais devemos nos atentar, as quais têm a ver com nosso histórico de organização social, produtividade econômica, produção cultural e artística, isto é, diversas frentes que dialogam com a realidade social e que deveriam provocar a produção filosófica.

Uma coisa em comum que vejo em diversos ambientes filosóficos que participo e participei na região — primeiro como estudante, professor e coordenador na UMESP e agora na UFABC —, é o fato de não haver uma corrente filosófica única ou preponderante. O que é uma coincidência muito mais que um plano, mas que acaba sendo uma característica. Há uma diversidade significativa de matrizes filosóficas e ideológicas, por exemplo, nos perfis docentes. Na UFABC mesmo, não somos um corpo docente formado majoritariamente de professoras e professores vindos de uma mesma corrente. Embora tenhamos, circunstancialmente, uma grande quantidade de professores que estudaram o mesmo

autor, viemos de instituições e concepções diferentes de filosofia, muitos e muitas até mesmo de fora dessa área. Isso permite uma diversidade interessante em nossas produções e orientações, o que reflete em muitas possibilidades de pesquisa e formação discente. Não consigo imaginar alguma ou algum estudante saindo da UFABC por querer estudar alguma área ou tema específico e não encontrar interlocução, podemos não encontrar especialistas, mas sempre há alguma interface e possibilidade de diálogo, o que é uma característica excelente de nossa instituição.

RFIM: *Quais desafios e interesses a história e os acontecimentos sociais podem oferecer à filosofia? Como isso se relaciona com a situação específica da filosofia no ABC paulista?*

DP: Acho que aí tem uma questão interessante. Já comentei da riqueza sócio-histórica da região, falei dos movimentos sociais e sindicais que são fortemente presentes na região, mas posso falar também da forte presença cultural e artística com as escolas livres de teatro e cinema, o Estúdio Vera Cruz — responsável por grande parte da produção cinematográfica brasileira durante muito tempo —, o patrimônio histórico que vai de Paranapiacaba até um dos únicos santuários de Umbanda do Brasil, a grande influência do teatro do oprimido na estrutura do teatro municipal de Santo André — que não se limita aos palcos italianos, algo raro de se ver em cidades do mesmo porte. Além disso, existem muitas outras coisas que conseguiram permear e dialogar com a

realidade da região, muito mais do que a filosofia.

Quando a UFABC, campus São Bernardo do Campo, ainda ocupava as instalações provisórias no prédio Sigma, no centro da cidade, me lembro de estar ministrando uma disciplina intitulada, na época, Conhecimento e Ética. Nela, dei uma aula sobre as implicações dos regimes autoritários na produção de conhecimento e para isso fomos visitar a Igreja Matriz de São Bernardo do Campo, onde aconteceu a construção de grande parte da estratégia dos metalúrgicos contra a ditadura. Assim, fui com a turma para a escadaria da igreja e tivemos a aula ali onde surgiu um elemento constitutivo da mais forte história sindical do Brasil, da organização das marchas operárias contra ditadura, dos voos rasantes em cima das manifestações que seguiam da Rua Marechal Deodoro ao Paço Municipal — o que está documentado por nosso cinema e pela história das próprias organizações não provoca ainda a filosofia; discutimos e fazemos pouco com isso. Vejo que acontecimentos similares provocaram grandes filósofos e filósofas em outros momentos da história e em outras partes do mundo, aos quais a realidade se lhes apresentou, saltando aos olhos. Aqui a realidade pula em nossa frente e não percebemos.

RFIM: *Como você vê a relação da UFABC — enquanto instituição, mas também pensando na atuação dos docentes e discentes — com a região do ABC paulista?*

DP: Algo a ponderar é que temos uma parcela significativa do corpo docente e discente que não é do grande ABC, então é natural que essas pessoas não sejam tão tocadas pela história cultural, político-social da região e acho que isso é bom, pois não deixa que fiquemos ensimesmados demais; não defendo uma filosofia regionalista. Mas tanto quem já é daqui — e tem trânsito e conhecimento maior dessa história —, quanto quem vêm apenas para estudar ou trabalhar na UFABC — e portanto passarão anos de suas vidas na região —, podem aproveitar as oportunidades que as especificidades e demandas da região nos apresentam.

As pessoas vão estudar subáreas da filosofia e, em geral, para isso procuram os grandes centros que são referências em suas áreas de estudos, então temos que também poder atrair pessoas interessadas em estudar a filosofia em relação com as experiências sócio-históricas que temos por aqui, aproveitando isso para além do regionalismo, pois além de ter importância para a região, pode enriquecer e muito a filosofia como um todo.

RFIM: *A presença de uma Universidade Federal na região do ABC paulista é a oportunidade que poderíamos ter para avançar na popularização e infiltração da filosofia na região?*

DP: Sem dúvidas! Hoje temos condições de ter uma estabilidade na produção filosófica com um grande corpo docente ativo,

contando ainda com a formação e com a pesquisa de mestrandas/mestrandos e doutorandas/doutorandos, além dos cursos de graduação da UFABC, nos quais a filosofia forma, estrutura e está presente desde cedo. E essa estruturação ocorre de forma que mesmo a filosofia não sendo o curso específico ou a carreira escolhida pela pessoa, só de integrar o currículo já se dissemina e potencializa a formação filosófica para centenas de estudantes das mais diversas áreas do conhecimento, os quais estão vivendo e transitando na região. Isso dá capilaridade e presença à filosofia, embora, repito, ainda haja uma ausência de pessoas que se coloquem filosoficamente nos seus círculos de diálogo na região.

De um ponto de vista nacional, no entanto, a UFABC já tem ganhado espaço como um polo reconhecido de produção filosófica e com isso a própria região passa a olhar para nós de outra forma. Quando temos, por exemplo, gente vindo de todas as regiões do Brasil para nossa seleção de doutorado, percebemos esse reconhecimento, dado que não procuraram a UFABC por acaso, mas por perceberem nossa diversidade, nossas especificidades e as possibilidades que proporcionamos.

RFIM: *Tendo em vista a importância atribuída por você ao papel que a filosofia deve cumprir em sua relação com a realidade da região e a origem institucional e teórica heterogênea das pessoas envolvidas nos cursos de filosofia da UFABC, como você avalia*

especificamente o nível de conscientização sobre a importância de efetivar esse intercâmbio? Além disso, como a interdisciplinaridade proporcionada pela UFABC pode nos ajudar nessa tarefa?

DP: Eu creio que nos falta conscientização da situação específica regional, mas também creio que isso esteja atrelado à concepção de filosofia, algo que discutimos frequentemente em nossos encontros e diálogos. Se a concepção de filosofia dos pesquisadores e pesquisadoras discentes e docentes for mantida naquela concepção de que fazer história da filosofia é também fazer filosofia e por isso podemos nos restringir a ela, será uma concepção válida, mas que dificilmente nos permitirá permear a realidade e a experiência de nossa região. Muitos consideram essa possibilidade um ganho, algo como Descartes, isolado em seu quarto, sem que nenhuma paixão do mundo o incomodasse, mas não vejo dessa forma.

Minha leitura é que se uma instituição surgida no começo dos anos 2000 e cuja área de filosofia data de 2010 for seguir nessa mesma via tradicional e etérea para procurar seu lugar ao sol ao lado de instituições tradicionais, perderemos o bonde da história. Por outro lado, se nos atentarmos para aspectos da regionalidade e da realidade como oportunidades, e não como limitadores ou como obrigação, logo poderemos extrair disso diferenciais para nossas produções. Por que não nos valemos de nossas especificidades para temperar e destacar nossa produção

filosófica frente às demais?

Nos falta perceber que tudo isso que comentamos aqui é oportunidade, é diferencial. E para isso é preciso que exploremos, algo que penso estar consolidado na UFABC, o direito de se ter uma concepção de filosofia para além da mera história da filosofia, o que é um dos motivos que atraem pessoas para se formarem conosco. Devemos estimular que mais pessoas, que assim desejem, adotem concepções outras de filosofia, que além de respeitar a tradição, se colocam em diálogo com a realidade e com as demandas sócio-históricas.

E a interdisciplinaridade tem tudo a ver com isso, é um desdobramento disso. Para falarmos de interdisciplinaridade devemos ter domínio de qual é a nossa disciplina, pois não elimina, mas pressupõe as disciplinas em um domínio tão grande que possamos sair do conforto disciplinar para ir às bordas dialogar com as demais. A região pede isso e a filosofia e a UFABC estão num lugar privilegiado para isso.

Talvez o grande ABC seja um dos significativos polos universitários do Brasil, e ter uma região de sete cidades com cerca de sete instituições tradicionais de ensino superior, mais a presença das Faculdades de Tecnologia do Estado de São Paulo (FATEC), mais o campus UNIFESP Diadema, mais a UFABC, indica que temos tudo para transformar o grande ABC em um território universitário,

de produção de conhecimento e pesquisa. Avançar para a interdisciplinaridade e para a interinstitucionalidade com uma rede de universidades em diálogo intenso poderia reposicionar o ABC no cenário nacional. Embora estejamos longe disso, creio que temos as condições de provocar tal articulação pela própria natureza da UFABC, enquanto instituição pública, e da filosofia, enquanto área do saber que permite esse intercâmbio.

RFIM: *Até então, fizemos perguntas para você enquanto docente da UFABC. Agora, gostaríamos de deslocar e perguntar para Daniel, morador e cidadão do grande ABC: o que significa, ou pode significar, a UFABC para a região?*

DP: Vivemos por muitos anos em uma região privilegiada por ter instituições de ensino superior sólidas, mas que careciam de uma instituição pública e gratuita que, de certa maneira e com respeito, pudesse ocupar certa liderança que só instituições públicas podem fornecer. Não por conta de uma questão de qualidade ou concorrência, mas pelo investimento público com o qual temos certa obrigação, usando seu aporte, o direito de não se preocupar com mercado, de não haver mensalidade na UFABC; isso pode e deve significar esse alavancar da característica fortemente universitária que já temos na região. Temos tudo para nos tornar um polo com as demais instituições, e para isso precisamos não só que a filosofia, mas a UFABC como um todo, interaja de maneira mais intensa com a região e suas demandas,

bem como com as outras instituições.